GABRIELA MARCASSA THOMAZ DE AQUINO

**AS CONVENÇÕES 138 E 182 DA OIT E SUA EFETIVIDADE: ANÁLISE DAS
AÇÕES FISCALIZATÓRIAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA
ATUAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Guilherme Guimarães Feliciano

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2019

GABRIELA MARCASSA THOMAZ DE AQUINO

**AS CONVENÇÕES 138 E 182 DA OIT E SUA EFETIVIDADE:
ANÁLISE DAS AÇÕES FISCALIZATÓRIAS DO MINISTÉRIO DO
TRABALHO E DA ATUAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO
ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Professor Associado Dr. Guilherme Guimarães Feliciano.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2019

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Aquino, Gabriela Marcassa Thomaz de
As Convenções 138 e 182 da OIT e sua efetividade:
análise das ações fiscalizatórias do Ministério do
Trabalho e da atuação da Justiça do Trabalho no Estado
de São Paulo ; Gabriela Marcassa Thomaz de Aquino ;
orientador Guilherme Guimarães Feliciano -- São
Paulo, 2019.

466

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito do Trabalho e Seguridade Social) - Faculdade
de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Trabalho infantil. 2. Juizado Especial da
Infância e Adolescência. 3. Juízo Auxiliar da Infância
e Juventude. 4. Proteção Integral. 5. Prioridade
Absoluta. I. Feliciano, Guilherme Guimarães, orient.
II. Título.

BANCA EXAMINADORA

São Paulo, ____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

“Não há no mundo exagero mais belo que a gratidão” (Jean de La Bruyère).

Primeiramente, aos meus pais, Roberta e João Carlos, por me apoiarem em todas as minhas decisões e me proporcionarem conforto nos momentos difíceis, sobretudo naqueles em que eu mesma desconfiava das minhas capacidades. Vocês foram, são e sempre serão a principal razão que me motiva a continuar caminhando em busca dos meus objetivos.

A toda a minha família, avós, tias, tios e primos, por toda a torcida durante esta jornada. Obrigada por entenderem a minha ausência em alguns encontros familiares e por serem sempre um conforto no retorno para casa.

Ao meu orientador, professor Guilherme Guimarães Feliciano, por todo o apoio durante o desenvolvimento da pesquisa. Obrigada por todas as considerações e apontamentos que certamente foram essenciais para a minha formação acadêmica e profissional.

À professora Eliana dos Santos Alves Nogueira, minha primeira orientadora, durante a graduação na UNESP, em Franca, por ter despertado em mim o amor pelo Direito do Trabalho e por ser a minha referência. Obrigada pelos conselhos, pela torcida e pela confiança depositada em mim. O caminho na vida acadêmica fica mais ameno sabendo que sempre posso recorrer a você.

À Gisele, que me acompanha desde os tempos de UNESP e, com toda a certeza, é a irmã que pude escolher. Obrigada por abrir as portas de sua casa para mim, dividindo a sua família comigo. Obrigada por toda ajuda com a mudança e adaptação em São Paulo, pelo apoio, pelas broncas e por todo o companheirismo durante esses quase oito anos de amizade.

Aos novos amigos que a Sanfran me proporcionou. A todos os colegas de mestrado e doutorado, por dividirem as aflições e as conquistas: Larissa, Mariana, Ana Paula, Cynthia, Camila, Flávio, Adib, Claudirene, Olga e Camila. Aos meus queridos Marco, Agnes e Olívia, obrigada pela parceria de vida encontrada ao longo desses três anos, vocês fizeram o caminho mais leve. Olívia, obrigada pela parceria nos artigos, apresentações de trabalhos, organização de eventos, monitorias e pela sintonia desde o meu primeiro dia na São Francisco.

Aos colegas do Núcleo de Pesquisa e Extensão “O trabalho além do Direito do Trabalho”, por terem contribuído em minha formação por meio de nossos diálogos e reflexões acerca do papel do Direito do Trabalho na sociedade.

Aos juízes coordenadores dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIAs) – doutor Adhemar Prisco da Cunha Neto, doutora Ana Cláudia Pires Ferreira de Lima, doutora Camila Ceroni Scarabelli, doutora Eliana dos Santos Alves Nogueira, doutor Hélio Grasselli, doutor José Roberto Dantas Oliva, doutor Marcel de Avila Soares Marques, doutor Marcelo Garcia Nunes, doutor Tércio José Vidotti, doutor Valdir Rinaldi – e aos servidores pelo auxílio prestado durante a realização da pesquisa.

Ao Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, na pessoa do desembargador doutor João Batista Martins César, por autorizar a pesquisa e compartilhar os dados que viabilizaram a sua realização.

À Coordenadoria de Gestão Documental do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, por desarquivar e me disponibilizar todos os processos relativos ao Juízo Auxiliar da Infância e Juventude (JAIJ), essenciais para a conclusão da pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento do projeto de pesquisa, relativo ao Processo nº 2017/13890-5, denominado “O sistema de justiça trabalhista como ferramenta para o combate ao trabalho infantil: as ações dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência no Estado de São Paulo”.

Ao Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social (DTBS) pelo apoio durante o mestrado, sobretudo à Cris e Mariene que estiveram sempre à disposição para solucionar todas as minhas dúvidas.

À velha e sempre nova academia, Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, por ter me acolhido e me proporcionado ampliar os meus conhecimentos e a minha visão de mundo. Em tempos em que a Universidade Pública sofre, respirar os ares da Sanfran renova as minhas esperanças em tempos menos sombrios.

“Uma criança, um professor, um livro e uma caneta podem mudar o mundo.”

Malala Yousafzai

AQUINO, Gabriela Marcassa Thomaz de. **As Convenções 138 e 182 da OIT e sua efetividade**: análise das ações fiscalizatórias do Ministério do Trabalho e da atuação da Justiça do Trabalho no Estado de São Paulo. 2019. 467 f. Mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMO: O Brasil assumiu, perante a Organização das Nações Unidas, por meio de sua Agenda 2030, o compromisso de erradicar, até 2025, todas as formas de trabalho infantil. Apesar desse compromisso, os índices de trabalho precoce no país continuam alarmantes. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, havia, no Brasil, 2,7 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhando, dos quais 79 mil possuíam entre 5 e 9 anos e 333 mil possuíam entre 10 e 13 anos, idades em que qualquer tipo de trabalho é proibido. Buscando sistematizar as ações voltadas à erradicação do trabalho precoce, o Brasil desenvolveu o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, no qual identificou como nó crítico o conhecimento insuficiente da realidade do trabalho infantil no território nacional, estabelecendo, como uma das soluções, a realização de mapeamentos em nível municipal e estadual. Esta pesquisa foi proposta levando em conta essa necessidade de maior conhecimento das especificidades regionais do trabalho infantil, estabelecendo como enfoque, como forma de viabilizar o mapeamento, a atuação do extinto Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho no âmbito do Estado de São Paulo. Partiu-se de uma abordagem essencialmente quantitativa, utilizando-se dos métodos bibliográfico, documental e de pesquisa de campo nos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIAs) e no Juízo Auxiliar da Infância e Juventude (JAIJ). Desse modo, buscou-se contribuir para o maior conhecimento das singularidades do trabalho infantil no Estado de São Paulo, no intuito de traçar futuras políticas públicas específicas.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho infantil. Juizado Especial da Infância e Adolescência. Juízo Auxiliar da Infância e Juventude. Proteção Integral. Prioridade Absoluta.

AQUINO, Gabriela Marcassa Thomaz de. **ILO Conventions 138 and 182 and its effectiveness**: analysis of the inspection actions of the Ministry of Labour and the work of the Labour Justice in São Paulo State. 2019. 467 f. Master- Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

ABSTRACT: Brazil undertook, through its Agenda 2030, the commitment to eradicate all forms of child labor by 2025. Despite this commitment, the rates of early work in the country remain alarming, according to data from the National Household Sample Survey (PNAD) of 2015, there were 2.7 million children between 5 and 17 years old working in Brazil, that 79 thousand had between 5 and 9 years and 333 thousand had between 10 and 13 years, at which age any work is prohibited. In order to systematize actions aimed at the eradication of precocious work, Brazil developed the National Plan for the Prevention and Eradication of Child Labor and Protection of the Adolescent Worker, where it identified as critical node the insufficient knowledge of the reality of child labor in the national territory, establishing, as one of the solutions, the accomplishment of mappings at the municipal and state level. Taking into account this need for greater knowledge of the regional specificities of child labor, the present research was proposed, establishing as a focus, as a way of making the mapping feasible, the work of the former Ministry of Labor and Labor Justice in São Paulo State. It was based on an essentially quantitative approach, using the bibliographic, documentary and field research methods in the Special Courts of Childhood and Adolescence (JEIAs) and the Auxiliary Court of Children and Youth (JAIJ). Thus, it sought to contribute with the greater knowledge of the singularities of child labor in the São Paulo State, in order to allow future specific public policies to be draw.

KEY-WORDS: Child labor. Special Court of Childhood and Adolescence. Auxiliary Court of Children and Youth. Integral protection. Absolute priority.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
Abra	Associação Brasileira de Radiodifusores
Abrat	Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat)
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
Amatra XV	Associação dos Magistrados do Trabalho da 15ª Região
Anamatra	Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
ANPT	Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho
CAC	Casa do Adolescente Cidadão
Caefa	Centro de Apoio à Educação e Formação do Adolescente
CAT	Comunicado de Acidente do Trabalho
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CF	Constituição Federal
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMAC	Centro de Memória, Arquivo e Cultura
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público

CNPL	Confederação Nacional das Profissões Liberais
Coaf	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
Coleprecor Trabalho	Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do
CONAETI	Comissão Nacional de Erradicação ao Trabalho Infantil
CONAMAT	Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CSJT	Conselho Superior da Justiça do Trabalho
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DOL	Departamento do Trabalho dos Estados Unidos
DOU	Diário Oficial da União
EACH-USP Paulo	Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENAMAT Trabalho	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do
ESAC	Escola de Aprendizagem e Cidadania
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEA	Fundação Educacional de Araçatuba
FIA	Fundo da Infância e Adolescência

FNPETI	Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
FORTEC	Formação Tecnológica de Ribeirão Preto
FPETI-PPR	Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Presidente Prudente e Região
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
Funai	Fundação Nacional do Índio
Fundação CASA	Fundação Centro de Atendimento Educativo ao Adolescente
FUNDET	Fundação de Educação para o Trabalho
GP	Gabinete da Presidência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IJEPAM	Instituto “José Edison de Paula Marques”
Inep Teixeira	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
JAIJ	Juízo Auxiliar da Infância e Juventude
JEIA	Juizado Especial da Infância e Adolescência
Lista TIP	Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil
MAP	Monitoramento e Avaliação do Trabalho Decente
MPE	Ministério Público Estadual
MPT	Ministério Público do Trabalho
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
PAT	Programa de Amparo ao Trabalhador
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PETI	Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PJe-JT	Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RASC	Rede de Assistência Socioeducacional Cristã
RC	Recomendação Conjunta
RE	Recurso Extraordinário
SAS	Secretaria de Atenção à Saúde
SEBES	Secretaria do Bem-Estar Social
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SGDCA	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
SIBiUSP	Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo
SINAIT	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
SINAN	Sistema Nacional de Agravos de Notificações

SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SIT	Secretaria de Inspeção do Trabalho
SITI	Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TJC	Programa Trabalho, Justiça e Cidadania
TJ-SP	Tribunal de Justiça de São Paulo
TRT-2	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
TRT-15	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UCW	Understanding Children's Work

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência.....	138
Figura 2: Fluxograma da atuação do Juizado Especial da Infância e Adolescência de Franca	146
Figura 3: Ciclo da pobreza.....	157
Figura 4: Evento “Trabalho Infantil: busca ativa, abolição já!”	191
Figura 5: Reunião do Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil com os juízes coordenadores dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência em 2018	334
Figura 6: Fluxograma do processo regular de supervisão da Comissão de Peritos da Organização Internacional do Trabalho	377

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: PIB <i>per capita</i> e taxas de incidência de trabalho infantil, 84 países	29
Gráfico 2: Trabalho infantil e renda nacional	30
Gráfico 3: Percentagem do total de crianças na faixa etária dos 5-14 anos em trabalho infantil, por quintil de rendimento, países selecionados.....	31
Gráfico 4: Índices de promoção, repetência, migração para a EJA e evasão por série - Brasil - Censo Escolar 2014/2015	35
Gráfico 5: Totalizantes de fiscalização no período de 2006-2017	94
Gráfico 6: Auditores Fiscais do Trabalho em exercício no Estado de São Paulo.....	95
Gráfico 7: Comparativo entre o número de Auditores Fiscais do Trabalho em exercício no Brasil e no Estado de São Paulo.....	97
Gráfico 8: Relatórios de fiscalizações no período de 2006 a 2017	100
Gráfico 9: Número de fiscalizações por ano.....	100
Gráfico 10: Comparativo entre número de Auditores Fiscais do Trabalho e as ações de fiscalização no Estado de São Paulo	102
Gráfico 11: Faixa etária	103
Gráfico 12: Sexo	105
Gráfico 13: Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos	106
Gráfico 14: Fiscalizações, por atividade, no Estado de São Paulo, no período 2006-2017	110
Gráfico 15: Setores econômicos das fiscalizações no Estado de São Paulo – 2006-2017	123
Gráfico 16: População ocupada entre 5 e 17 anos em 2015, segundo tipos de atividades e faixas etárias.....	125
Gráfico 17: Atividade noturna	126
Gráfico 18: Setor	126
Gráfico 19: Ações tomadas.....	128
Gráfico 20: Origens das ações fiscais.....	131
Gráfico 21: Fiscalizações de trabalho infantil no Estado de São Paulo (2006-2017)	134
Gráfico 22: Fiscalizações de trabalho infantil no Estado de São Paulo com resgate (2006-2017).....	135
Gráfico 23: Idade no momento da solicitação de autorização para o trabalho	147
Gráfico 24: Sexo	148

Gráfico 25: Proposta de emprego no momento de solicitação de autorização para o trabalho	149
Gráfico 26: Setor econômico das propostas de emprego	150
Gráfico 27: Escolaridade	151
Gráfico 28: Escola em que o adolescente estuda	152
Gráfico 29: Renda familiar	153
Gráfico 30: Quantidade de membros da família	155
Gráfico 31: Motivos para a solicitação de autorização para o trabalho	158
Gráfico 32: Número de recursos interpostos em face da concessão de alvarás de autorização para o trabalho abaixo da idade mínima	160
Gráfico 33: Número de pedidos de autorização para o trabalho recebidos pelo JEIA.....	160
Gráfico 34: Porcentagem de vagas de aprendizagem preenchidas no município de Franca	162
Gráfico 35: Número de processos do Juizado Especial da Infância e Adolescência de Franca	165
Gráfico 36: Número de ações por município	165
Gráfico 37: Pedidos principais versados	166
Gráfico 38: Resultado das ações	168
Gráfico 39: Idade.....	170
Gráfico 40: Sexo	171
Gráfico 41: Setor econômico	172
Gráfico 42: Número de processos do Juizado Especial da Infância e Adolescência de Presidente Prudente	177
Gráfico 43: Número de ações por município	178
Gráfico 44: Processos distribuídos de acordo com as jurisdições das Varas do Trabalho da circunscrição de Presidente Prudente	178
Gráfico 45: Principais pedidos versados	180
Gráfico 46: Resultado das ações	184
Gráfico 47: Idade.....	186
Gráfico 48: Sexo	188
Gráfico 49: Setor econômico	188
Gráfico 50: Número de processos do Juizado Especial da Infância e Adolescência de Campinas	196
Gráfico 51: Número de ações por município	197

Gráfico 52: Processos distribuídos de acordo com as jurisdições das Varas do Trabalho da circunscrição de Campinas	198
Gráfico 53: Principais pedidos versados	199
Gráfico 54: Resultado das ações	203
Gráfico 55: Idade.....	205
Gráfico 56: Sexo	207
Gráfico 57: Setor econômico	208
Gráfico 58: Número de processos do Juizado Especial da Infância e Adolescência de Ribeirão Preto	213
Gráfico 59: Número de ações por município	214
Gráfico 60: Processos distribuídos de acordo com as jurisdições das Varas do Trabalho da circunscrição de Ribeirão Preto	215
Gráfico 61: Pedidos principais versados	216
Gráfico 62: Resultado das ações	219
Gráfico 63: Idade.....	221
Gráfico 64: Sexo	223
Gráfico 65: Setor econômico	224
Gráfico 66: Número de processos do Juizado Especial da Infância e Adolescência de São José dos Campos	232
Gráfico 67: Número de ações por município	233
Gráfico 68: Processos distribuídos de acordo com as jurisdições das Varas do Trabalho da circunscrição de São José dos Campos	233
Gráfico 69: Principais pedidos versados	235
Gráfico 70: Resultado das ações	238
Gráfico 71: Idade.....	240
Gráfico 72: Sexo	241
Gráfico 73: Setor econômico	242
Gráfico 74: Número de processos do Juizado Especial da Infância e Adolescência de São José do Rio Preto.....	248
Gráfico 75: Número de ações por município	249
Gráfico 76: Processos distribuídos de acordo com as jurisdições das Varas do Trabalho da circunscrição de São José do Rio Preto	250
Gráfico 77: Principais pedidos versados	252
Gráfico 78: Resultado das ações	255

Gráfico 79: Idade.....	256
Gráfico 80: Sexo	258
Gráfico 81: Setor econômico	259
Gráfico 82: Idade no momento da solicitação de autorização para o trabalho	264
Gráfico 83: Sexo	265
Gráfico 84: Proposta de emprego no momento de solicitação de autorização para o trabalho	266
Gráfico 85: Escolaridade	267
Gráfico 86: Escola que o adolescente estuda.....	267
Gráfico 87: Resultados dos pedidos de autorização para o trabalho.....	268
Gráfico 88: Número de processos do Juizado Especial da Infância e Adolescência de Fernandópolis.....	270
Gráfico 89: Número de pedidos de autorização para o trabalho por ano	271
Gráfico 90: Número de ações por municípios	271
Gráfico 91: Pedidos principais versados	272
Gráfico 92: Resultado das ações	274
Gráfico 93: Idade.....	275
Gráfico 94: Sexo	276
Gráfico 95: Número de processos do Juizado Especial da Infância e Adolescência de Sorocaba	281
Gráfico 96: Número de ações por municípios	282
Gráfico 97: Processos distribuídos de acordo com as jurisdições das Varas do Trabalho da circunscrição de Sorocaba	283
Gráfico 98: Pedidos principais versados	284
Gráfico 99: Resultado das ações	288
Gráfico 100: Idade.....	289
Gráfico 101: Sexo	291
Gráfico 102: Setor econômico	291
Gráfico 103: Número de processos do Juizado Especial da Infância e Adolescência de Bauru	296
Gráfico 104: Número de ações por municípios	297
Gráfico 105: Processos distribuídos de acordo com as jurisdições das Varas do Trabalho da circunscrição de Bauru	298
Gráfico 106: Principais pedidos versados	299

Gráfico 107: Resultado das ações	303
Gráfico 108: Idade.....	305
Gráfico 109: Sexo	306
Gráfico 110: Setor econômico	307
Gráfico 111: Número de processos do Juizado Especial da Infância e Adolescência de Araçatuba.....	315
Gráfico 112: Número de ações por municípios	316
Gráfico 113: Processos distribuídos de acordo com as jurisdições das Varas do Trabalho da circunscrição de Araçatuba.....	317
Gráfico 114: Pedidos principais versados	318
Gráfico 115: Resultado das ações	320
Gráfico 116: Idade.....	322
Gráfico 117: Sexo	322
Gráfico 118: Número de processos do Juízo Auxiliar da Infância e Juventude	340
Gráfico 119: Número de ações por municípios	341
Gráfico 120: Atividades para as quais eram voltados os pedidos de autorização para o trabalho	342
Gráfico 121: Resultado dos pedidos de autorização para o trabalho	343
Gráfico 122: Idade.....	344
Gráfico 123: Sexo	347
Gráfico 124: Faixa etária	351
Gráfico 125: Sexo	352
Gráfico 126: Setor econômico	353
Gráfico 127: Resultados dos processos e ações de fiscalização envolvendo crianças e adolescentes no Estado de São Paulo	355
Gráfico 128: Número de ações trabalhistas e inspeções de trabalho (com resgate) no Estado de São Paulo, por ano	357
Gráfico 129: Número de ações trabalhistas ou inspeções de trabalho (com resgate) no Estado de São Paulo, por ano.....	357
Gráfico 130: Ações trabalhistas e inspeções de trabalho por município (SP).....	359
Gráfico 131: Número de pedidos de autorização para o trabalho por Tribunal Regional do Trabalho.....	364
Gráfico 132: Idade.....	365
Gráfico 133: Sexo	367

Gráfico 134: Existência de proposta de trabalho	368
Gráfico 135: Propostas de trabalho e trabalho a ser exercido.....	369
Gráfico 136: Setor econômico	369
Gráfico 137: Resultado dos pedidos de autorização para o trabalho	370
Gráfico 138: Número de pedidos de autorização para o trabalho no Estado de São Paulo, por ano	372
Gráfico 139: Número de pedidos de autorização para o trabalho, por município, no Estado de São Paulo.....	374

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Eixo estratégico do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador	3
Quadro 2: Evasão escolar no Brasil (Censo 2013/2014 e 2014/2015).....	36
Quadro 3: Perfil do adolescente trabalhador, no Estado de São Paulo, resgatado pelo Ministério do Trabalho	133
Quadro 4: Comparativo entre número de recursos interpostos ante a concessão de alvarás para o trabalho e número de pedidos de autorização para o trabalho recebidos pelo JEIA	161
Quadro 5: Perfil dos adolescentes solicitantes de autorização para o trabalho – JEIA de Franca	164
Quadro 6: Perfil das crianças e adolescentes que recorreram ao Juizado Especial da Infância e Adolescência de Franca.....	172
Quadro 7: Perfil das crianças e adolescentes que recorreram ao Juizado Especial da Infância e Adolescência de Presidente Prudente.....	189
Quadro 8: Perfil das crianças e adolescentes que recorreram ao Juizado Especial da Infância e Adolescência de Campinas	209
Quadro 9: Perfil das crianças e adolescentes que recorreram ao Juizado Especial da Infância e Adolescência de Ribeirão Preto	225
Quadro 10: Perfil das crianças e adolescentes que recorreram ao Juizado Especial da Infância e Adolescência de São José dos Campos	243
Quadro 11: Perfil das crianças e adolescentes que recorreram ao Juizado Especial da Infância e Adolescência de São José do Rio Preto	259
Quadro 12: Perfil dos adolescentes solicitantes de autorização para o trabalho – JEIA de Fernandópolis.....	269
Quadro 13: Perfil das crianças e adolescentes que recorreram ao Juizado Especial da Infância e Adolescência de Fernandópolis	277
Quadro 14: Perfil das crianças e adolescentes que recorreram ao Juizado Especial da Infância e Adolescência de Sorocaba.....	292
Quadro 15: Perfil das crianças e adolescentes que recorreram ao Juizado Especial da Infância e Adolescência de Bauru	308
Quadro 16: Perfil das crianças e adolescentes que recorreram ao Juizado Especial da Infância e Adolescência de Araçatuba	323

Quadro 17: Perfil das crianças e adolescentes que recorreram ao Juízo Auxiliar da Infância e Juventude	347
Quadro 18: Consolidação do perfil de crianças e adolescentes em condição de trabalho infantil (resgates em inspeções do Ministério do Trabalho e ações trabalhistas transitadas nos JEIAs).....	364
Quadro 19: Perfil das crianças e adolescentes que solicitaram autorização para o trabalho a algum juizado especial da Justiça do Trabalho no Estado de São Paulo	375

LISTA DAS TABELAS

Tabela 1: Número de fiscalizações por ano	101
Tabela 2: Crianças e adolescentes ocupados, por tipo de atividade e gênero (de 5 a 17 anos)	106
Tabela 3: Ações tomadas	128
Tabela 4: Origens das ações fiscais	132
Tabela 5: Renda familiar	153
Tabela 6: Quantidade de membros da família	155
Tabela 7: Acidentes de trabalho registrados no Sistema Nacional de Agravos de Notificações (SINAN) – Franca.....	163
Tabela 8: Pedidos principais versados.....	167
Tabela 9: Resultado das ações	169
Tabela 10: Processos distribuídos de acordo com as jurisdições das Varas do Trabalho da circunscrição de Presidente Prudente	179
Tabela 11: Principais pedidos versados.....	180
Tabela 12: Resultado das ações	185
Tabela 13: Processos distribuídos de acordo com as jurisdições das Varas do Trabalho da circunscrição de Campinas	198
Tabela 14: Principais pedidos versados.....	200
Tabela 15: Resultado das ações	204
Tabela 16: Idade.....	206
Tabela 17: Processos distribuídos de acordo com as jurisdições das Varas do Trabalho da circunscrição de Ribeirão Preto	215
Tabela 18: Pedidos principais versados.....	217
Tabela 19: Resultado das ações	220
Tabela 20: Processos distribuídos de acordo com as jurisdições das Varas do Trabalho da circunscrição de São José dos Campos	234
Tabela 21: Principais pedidos versados.....	235
Tabela 22: Resultado das ações	238
Tabela 23: Idade.....	240
Tabela 24: Processos distribuídos de acordo com as jurisdições das Varas do Trabalho da circunscrição de São José do Rio Preto	251
Tabela 25: Principais pedidos versados.....	252

Tabela 26: Resultado das ações	255
Tabela 27: Pedidos principais versados.....	273
Tabela 28: Processos distribuídos de acordo com as jurisdições das Varas do Trabalho da circunscrição de Sorocaba	284
Tabela 29: Pedidos principais versados.....	285
Tabela 30: Resultado das ações	288
Tabela 31: Idade.....	290
Tabela 32: Processos distribuídos de acordo com as jurisdições das Varas do Trabalho da circunscrição de Bauru	299
Tabela 33: Principais pedidos versados.....	300
Tabela 34: Resultado das ações	303
Tabela 35: Idade.....	305
Tabela 36: Processos distribuídos de acordo com as jurisdições das Varas do Trabalho da circunscrição de Araçatuba	318
Tabela 37: Pedidos principais versados.....	319
Tabela 38: Atividades para as quais eram voltados os pedidos de autorização para o trabalho	342
Tabela 39: Idade.....	345
Tabela 40: Resultados dos processos e ações de fiscalização envolvendo crianças e adolescentes no Estado de São Paulo	356
Tabela 41: Idade.....	366
Tabela 42: Resultado dos pedidos de autorização para o trabalho	371

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
NOTA METODOLÓGICA	9
1 OS SISTEMAS DE GARANTIAS DE PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES: AS CONVENÇÕES 138 E 182 DA OIT.....	17
1.1 O viés positivo e negativo do trabalho	17
1.2 Breve Contexto Histórico	18
1.3 Fatores condicionantes do trabalho infantil	28
1.4 Sistema nacional de proteção à criança e ao adolescente	39
1.5 Sistema internacional de proteção à criança e ao adolescente	47
1.6 Compatibilização da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho com o Direito Brasileiro.....	54
1.7 O Judiciário e as autorizações para o trabalho: a ADI 5326/DF	63
1.8 A Justiça do Trabalho e o combate ao trabalho precoce	80
2 A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO NA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	86
2.1 Função fiscalizatória do Ministério do Trabalho	86
2.2 O papel do Ministério do Trabalho na efetivação do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador	90
2.3 As ações de fiscalização do Ministério do Trabalho no Estado de São Paulo	93
3 A JUSTIÇA DO TRABALHO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O COMBATE AO TRABALHO INFANTIL	137
3.1 Os Juizados Especiais da Infância e Adolescência no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	137
3.1.1 Juizado Especial da Infância e Adolescência de Franca	142
3.1.2 Juizado Especial da Infância e Adolescência de Presidente Prudente.....	175
3.1.3 Juizado Especial da Infância e Adolescência de Campinas	193
3.1.4 Juizado Especial da Infância e Adolescência de Ribeirão Preto	211
3.1.5 Juizado Especial da Infância e Adolescência de São José dos Campos	230
3.1.6 Juizado Especial da Infância e Adolescência de São José do Rio Preto	247
3.1.7 Juizado Especial da Infância e Adolescência de Fernandópolis	263

3.1.8 Juizado Especial da Infância e Adolescência de Sorocaba	279
3.1.9 Juizado Especial da Infância e Adolescência de Bauru	295
3.1.10 Juizado Especial da Infância e Adolescência de Araçatuba.....	314
3.1.11 Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	330
3.2 Juízo Auxiliar da Infância e Juventude do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	337
4 A CONDIÇÃO BRASILEIRA À LUZ DAS CONVENÇÕES 138 E 182 DA OIT: A VISÃO DOS PERITOS.....	350
4.1 O trabalho infantil no Estado de São Paulo: consolidação dos dados fiscalizatórios do Ministério do Trabalho e das ações dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência e do Juízo Auxiliar da Infância e Juventude	350
4.2 A visão dos peritos acerca do trabalho infantil no Brasil	376
CONCLUSÃO	385
BIBLIOGRAFIA.....	396
ANEXOS	416

INTRODUÇÃO

Trabalho infantil, segundo o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, é toda a atividade econômica ou de sobrevivência, remunerada ou não, realizada por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, exceto na condição de aprendiz, desde os 14 anos.

Tal plano identifica que o labor precoce dificulta que as crianças e os adolescentes tenham acesso a melhores condições de vida, perpetuando um ciclo de pobreza que se inicia com o abandono dos estudos em razão do trabalho, segue para uma fase de insuficiência de rendimentos em virtude da constituição familiar e da falta de profissionalização e perpetua-se com a inserção precoce dos descendentes no trabalho, tendo em vista a necessidade de complementação de renda familiar.

Além disso, o plano identifica que a inserção precoce de crianças e adolescentes no ambiente de trabalho pode causar riscos físicos e mentais ao seu desenvolvimento. Segundo as médicas Maria da Graça Luderitz Hoefel e Denise Osório Severo, embora os estudos epidemiológicos que tratam sobre as morbidades crônicas ou agudas em crianças e adolescentes trabalhadores sejam escassos, pode-se afirmar claramente que, por esses indivíduos se encontrarem em fases de desenvolvimento, as características físicas, estruturais, morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e metabólicas apresentam maior suscetibilidade à toxicidade por substâncias químicas, metais pesados e também ao calor e ao ruído¹.

Ao ser considerada essa maior suscetibilidade à toxicidade, o trabalho precoce pode impactar não só a saúde das crianças e adolescentes mas também a saúde dos adultos, na medida em que os danos provenientes da atividade laboral nem sempre são identificados rapidamente, de modo que muitos adultos podem apresentar problemas de saúde ocasionados pelo trabalho precoce em ambiente de trabalho desequilibrado.

Assim, tendo em mente os impactos gerados pelo trabalho desenvolvido antes da idade mínima adequada, a Constituição Federal estabeleceu, em seu art. 7º, XXXIII, parâmetros de admissão da atividade laboral considerando o fator etário da seguinte forma: uma idade básica de 16 anos para que o adolescente desenvolva a atividade laboral; uma

¹ HOEFEL, Maria da Graça Luderitz; SEVERO, Denise Osório. Saúde e trabalho infantil no Brasil: impactos do capitalismo global, pp. 41,42. In: CORREA, Lelio Bentes; FAVA, Marcos Neves; NOCCHI, Andréa Saint Pastous (Orgs.). **Criança e trabalho**: da exploração à educação. São Paulo: LTr, 2015.

idade inferior que é de 14 anos para que trabalhe na condição de aprendiz; e uma idade superior, de dezoito anos, para que exerça qualquer trabalho que esteja relacionado com condições inseguras ou insalubres. Portanto, na perspectiva da legislação nacional, o conceito jurídico de trabalho infantil é a atividade laboral exercida por crianças ou adolescentes com idade inferior a 16 anos, salvo na condição de aprendiz desde os 14 anos, em que é elaborado um contrato especial de trabalho, que reúne horas de aprendizagem e de atividade laboral, sendo obrigatória a frequência escolar do adolescente, até que este complete o ensino médio, envolvendo no contrato a empresa, a entidade de aprendizagem e o aprendiz.

É importante ressaltar ainda o disposto no art. 227 da Constituição Federal (CF), que inseriu na legislação brasileira os princípios da prioridade absoluta e da proteção integral da criança e do adolescente, outorgando à família, à sociedade e ao Estado a obrigação de assegurar o direito à vida, à educação, à saúde e à dignidade a essas pessoas em desenvolvimento.

Ao fazermos uma interpretação conjunta desse artigo com o art. 7º, XXXIII, da CF, podemos afirmar que, em termos de trabalho, sem exceções, a idade mínima seria a de dezoito anos com algumas situações de autorização desde os 16 anos (quando a atividade não for insalubre, perigosa ou noturna) e os 14, em contrato especial de trabalho. Essa sistematização é importante tendo em vista que, partindo-se somente do patamar etário superior, a situação acaba sendo compreendida com absoluta prioridade e proteção integral.

No plano internacional, o Brasil também ratificou as Convenções 138² e 182³ da Organização Internacional do Trabalho (OIT): a primeira preocupa-se em estabelecer uma idade mínima para o trabalho e a segunda estabelece as piores formas de trabalho infantil e o compromisso que os países signatários possuem de eliminá-las em caráter de urgência. Além disso, o Brasil assinou o documento “Trabalho Decente nas Américas: Uma agenda Hemisférica, 2006-2015”⁴, no qual se comprometeu em acabar com as piores formas de trabalho infantil até 2015 e o abolir em sua totalidade até 2020, este último prorrogado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) para 2025.

² OIT. **Convenção 138**. Disponível em: < http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/pfdc/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/crianca-e-adolescente/convencao_OIT_138_idade_emprego.pdf> Acesso em: mai. 2019.

³ OIT. **Convenção 182**. Disponível em: < <http://www.oitbrasil.org.br/node/518>> Acesso em: mai. 2019.

⁴ OIT. **Trabalho Decente nas Américas: Uma agenda Hemisférica, 2006-2015**. Disponível em: < http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/agenda_hemisferica_303.pdf> Acesso em: mai. 2019.

Considerados esses compromissos, foi criado o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador⁵, que é um projeto gerenciado pela Comissão Nacional de Erradicação ao Trabalho Infantil (CONAETI), que estabeleceu eixos estratégicos, matriz operacional, além de estratégias para o envolvimento de parceiros em busca de erradicar o trabalho infantil.

Tal plano identificou, como um problema crítico, o conhecimento insuficiente acerca da realidade em que se desenvolve o trabalho infantil em nosso país, especialmente no que diz respeito às piores formas de trabalho. Um dos objetivos propostos nesse plano foi a ampliação da base de conhecimento dessas formas de trabalho por meio de mapeamentos dos estados e dos municípios, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Quadro 1: Eixo estratégico do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador

Problema Selecionado (Nó Crítico)	Objetivo	Indicador	Meios de verificação
Insuficiente conhecimento sobre alguns aspectos da realidade do trabalho infantil no Brasil, especialmente no que diz respeito às piores formas.	Ampliada a base de conhecimento sobre o trabalho infantil no Brasil, principalmente no que diz respeito às piores formas.	<ul style="list-style-type: none"> • Produzido regularmente suplemento especial da PNAD sobre trabalho infantil; • Realizado mapeamento do trabalho infantil nos municípios e estados; • Realizadas pesquisas regulares que permitam o dimensionamento e a caracterização das piores formas. 	Publicações e bases de dados gerados pela PNAD e por outras fontes.

Fonte: Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador

Nesse sentido, ao identificar a necessidade de mapeamento do labor infantojuvenil tanto em âmbito nacional quanto no estadual e municipal, o plano reconhece que as especificidades de cada local interferem na organização e aplicação de mão de obra infantil, devendo essas características ser consideradas pelos programas de erradicação no combate dessa prática.

Ocorre que, mesmo com toda a legislação nacional e com o desenvolvimento de um plano nacional de combate ao trabalho precoce, essa prática continua sendo uma realidade em nosso país. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

⁵ CONAETI. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador**. Disponível em: < http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/ipcc/pub/plan-prevencao-trabalho infantil-web_758.pdf> Acesso em: mai. 2019.

(PNAD), em 2013 havia 3,2 milhões de crianças e adolescentes trabalhando no Brasil, dos quais meio milhão encontrava-se na faixa de 5 a 13 anos e 2,6 milhões na faixa dos 14 aos 17 anos.⁶ Já quando se analisam os dados da PNAD de 2014⁷, houve um significativo aumento e foram contabilizados 3,3 milhões de brasileiros de 5 a 17 anos trabalhando, dos quais 554 mil eram crianças de 5 a 13 anos (idade em que o trabalho é proibido), um aumento de 9,3% em relação aos dados do ano anterior nessa mesma faixa etária, sendo o primeiro aumento registrado no país desde 2005. A PNAD de 2015⁸ concluiu que havia 2,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando, uma redução de 19,8% em relação a 2014. No entanto, quando analisada a faixa etária de 5 a 9 anos (idade em que há proibição total do trabalho), havia 79 mil casos em 2015, aumento de 12,3% em relação a 2014, quando havia 70 mil crianças trabalhando, o que demonstra uma situação preocupante.

É preciso fazer uma ressalva quanto aos dados de trabalho infantil relativos a 2016. A PNAD Contínua de 2016 apresentou dados de 1,8 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando, o que indicava uma grande redução comparada aos anos anteriores da pesquisa.⁹ Ocorre, no entanto, que houve uma mudança na metodologia da análise que excluiu, desses dados, as crianças e adolescentes que trabalhavam para o próprio consumo.

Em nota sobre essa mudança de metodologia, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) afirmou que a exclusão dos dados oficiais das crianças e adolescentes que laboram nessa situação é uma violência por parte do Estado brasileiro.¹⁰

Segundo o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), 716 mil crianças e adolescentes trabalham para o próprio consumo, quando há maior incidência desse tipo de trabalho entre as pessoas com idade inferior a 13 anos. Assim, segundo o FNPETI, ainda haveria no Brasil 2,5 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando.

⁶ FNPETI, Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. **Dados do PNAD de 2013 revelam tímida redução do trabalho infantil.** Disponível em: < <http://www.fnpeti.org.br/noticia/1416-dados-da-pnad-de-2013-revelam-timida-reducao-do-trabalho-infantil.html> > Acesso em: mai. 2019.

⁷ IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios:** síntese de indicadores de 2014. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf> > Acesso em: mai. 2019, pp. 57-58.

⁸ IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios:** síntese de indicadores de 2015. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf> > Acesso em: mai. 2019, p. 62.

⁹ IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** 2016. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388_informativo.pdf > Acesso em: mai. 2019, p.2.

¹⁰ FNPETI, Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. **Nota explicativa sobre os dados de trabalho infantil da PNAD Contínua 2016.** Disponível em: < <http://www.fnpeti.org.br/noticia/1840-nota-explicativa-sobre-os-dados-de-trabalho-infantil-da-pnad-continua-2016.html> > Acesso em: mai. 2019.

Por conta dessa mudança de metodologia, que desconsidera o trabalho para o consumo próprio, a PNAD Contínua de 2016 não será considerada na análise do trabalho precoce em seu aspecto regional, já que não é possível identificar em quais regiões do país laborava cada uma dessas 716 mil crianças e adolescentes.

Esta pesquisa foi proposta considerando essa realidade de trabalho infantil, os compromissos de erradicação ao trabalho precoce assumidos pelo Brasil e as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, no que diz respeito à fiscalização do trabalho precoce e ao mapeamento de estados e municípios para maior conhecimento da forma pela qual esta atividade se desenvolve.

Quanto ao aspecto regional, cabe destacar que, quando se analisam os dados referentes ao trabalho infantil na Região Sudeste, a PNAD de 2014 identificou que na região havia 6,6% de crianças entre 5 e 17 anos que desenvolviam atividades laborais, o que correspondia a um número total de 1.021.943 (um milhão, vinte e uma mil novecentas e quarenta e três) pessoas¹¹. Quando essa análise era concentrada apenas no Estado de São Paulo, foram encontradas 501.841 (quinhentas e uma mil oitocentas e quarenta e uma) crianças em situação de trabalho, o que correspondia a 6,3% no Estado, tendo apresentado aumento em relação ao número identificado na pesquisa em 2013, que era de 5,6%¹². Em 2015, a PNAD constatou que o nível de ocupação na Região Sudeste voltou a ser de 5,6%¹³.

Em relação à insegurança no meio ambiente de trabalho, dados do Ministério da Saúde, de 2007 a outubro de 2013, apresentavam que o Estado que mais identificou acidentes envolvendo o trabalho de crianças e adolescentes foi o de São Paulo, com 8.211 (oito mil duzentas e onze) notificações, seguido do Estado do Paraná, que registrou 911 acidentes no mesmo período, número muito inferior.¹⁴

Segundo a Secretaria Estadual de São Paulo, as atividades que mais causavam acidentes notificados envolvendo os adolescentes menores de dezoito anos estavam ligadas

¹¹ Fundação Abrinq. **Cenário da infância e adolescência no Brasil 2016**. Disponível em: <http://www.seloamazonia.org.br/upload/arq_arquivo/2016/04/3349.pdf> Acesso em: mai. 2019, p.26.

¹² G1. **Trabalho infantil aumenta no Estado de São Paulo, diz IBGE**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/04/trabalho-infantil-aumenta-no-estado-de-sao-paulo-diz-ibge.html>> Acesso em: mai. 2019.

¹³ IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores de 2015**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>> Acesso em: mai. 2019, p. 63.

¹⁴ Rede Brasil Atual. **Acidentes de trabalho atingem 8 mil crianças e adolescentes em SP desde 2006**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/10/acidentes-de-trabalho-atingem-8-mil-criancas-e-adolescentes-em-sp-desde-2006-9778.html>> Acesso em: mai. 2019.

aos setores de comércio de alimentação e à fabricação de calçados, e as cidades de São Paulo, Franca e São José do Rio Preto foram as que apresentaram o maior número de notificações.¹⁵

Cabe ainda destacar, em relação a essa situação, que foi identificado, nesse mesmo levantamento, que a maioria dos acidentes ocorria em situações em que os jovens, mesmo abaixo da idade legal para o trabalho, possuíam autorização judicial para exercer a atividade laboral, e, no Estado, as varas de Fernandópolis e Franca eram as que mais chancelavam tal prática. Observa Rafael Dias Marques, procurador do Ministério Público do Trabalho e coordenador geral do Combate do Trabalho da Criança e do Adolescente: “quando se fala em autorizações judiciais, não estamos falando de uma omissão do Estado brasileiro. É o Estado brasileiro que está apoiando o trabalho infantil”¹⁶, é esse mesmo Estado dando aval aos acidentes que acontecem em decorrência desse trabalho precoce.

Em relação a essas autorizações judiciais para o trabalho, os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) fornecidos pelo então Ministério do Trabalho e Emprego à Agência Brasil constataram que, no período de 2005 a 2010, foram emitidas 33.173 (trinta e três mil cento e setenta e três) autorizações de trabalho para crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos (abaixo do limite constitucional), o que equivalia a 15 autorizações judiciais diárias. As unidades da Federação que mais emitiam essas autorizações eram São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, porém somente a justiça paulista havia concedido 11.295 (onze mil duzentos e noventa e cinco) autorizações.¹⁷

Embora a maioria desses despachos estivesse associada à concessão de autorização para o trabalho a adolescentes de 14 e 15 anos (que poderiam trabalhar como aprendizes), havia alvarás para os mais novos: foram 131 para crianças de dez anos, 350 para as de onze anos, 563 para as de 12 anos e 676 para as de 13 anos. Tal conduta demonstrava-se, portanto, claramente incompatível com a construção constitucional de priorização da criança e do adolescente.

¹⁵ Rede Brasil Atual. **Acidentes de trabalho atingem 8 mil crianças e adolescentes em SP desde 2006.** Disponível em: < <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/10/acidentes-de-trabalho-atingem-8-mil-criancas-e-adolescentes-em-sp-desde-2006-9778.html> > Acesso em: mai. 2019.

¹⁶ Rede Brasil Atual. **Acidentes de trabalho atingem 8 mil crianças e adolescentes em SP desde 2006.** Disponível em: < <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/10/acidentes-de-trabalho-atingem-8-mil-criancas-e-adolescentes-em-sp-desde-2006-9778.html> > Acesso em: mai. 2019.

¹⁷ ANAMATRA. **Fórum defende competência da Justiça do Trabalho para apreciar casos de autorização do trabalho infantil.** Disponível em: < <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/22308-forum-defende-competencia-da-justica-do-trabalho-para-apreciar-casos-de-autorizacao-do-trabalho-infantil> > Acesso em: mai. 2019.

Assim, levando em conta as características regionais do Estado de São Paulo quanto aos altos índices de trabalho infantil, conforme demonstrado pela PNAD, os números mais elevados em relação a acidentes de trabalho envolvendo adolescentes trabalhadores e, concomitantemente a esses dois dados, os maiores números de autorizações judiciais para o trabalho abaixo do limite constitucional, identificou-se a necessidade de conhecimento acerca das especificidades do trabalho infantil nesse Estado.

Escolheu-se fazer o mapeamento considerando os dados relativos às fiscalizações de trabalho infantil no Estado, bem como os dados referentes à atuação da Justiça do Trabalho, já que, no Estado de São Paulo, atuam os juizados especiais competentes para a análise de matéria trabalhista envolvendo crianças e adolescentes trabalhadores. Esses juizados são um diferencial que permite identificar as diversas atuações da Justiça do Trabalho, de acordo com as especificidades regionais já determinadas como fundamentais em matéria de combate ao trabalho precoce pelo Plano de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.

Cabe destacar quanto à localização geográfica desses juizados que o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região instalou um Juízo Auxiliar da Infância e Juventude (JAIJ) no município de São Paulo, enquanto o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região instalou dez juizados especiais, oito dos quais nas sedes das circunscrições do Tribunal – Araçatuba, Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba – e dois nas cidades de Franca e Fernandópolis, por apresentarem índices de trabalho infantil elevados.

Assim, o estudo das ações de cada um desses juizados permitirá não só identificar as especificidades das práticas de combate ao trabalho precoce em cada região (municípios), como também, por meio da análise conjunta das informações, verificar a totalidade dessas práticas em âmbito estadual.

Por fim, também será possível comparar os dados dos juizados com os números de fiscalizações de trabalho infantil no Estado de São Paulo, buscando identificar se os mesmos jovens que são resgatados em situação de trabalho são aqueles que recorrem, posteriormente, à Justiça do Trabalho em busca de reparação de seus direitos, ou se, de alguma forma, existem diferenças entre os perfis encontrados em ambos os grupos. Cabe reiterar que essa análise só foi possível de ser realizada no Estado de São Paulo, devido à existência desses juizados especiais.

A pesquisa, assim, pode ser dividida em três eixos principais: a) mapeamento das ações de fiscalização de trabalho infantil realizadas pelo Ministério do Trabalho no Estado

de São Paulo; b) mapeamento das ações judiciais e extrajudiciais empreendidas pela Justiça do Trabalho no Estado de São Paulo, visando ao enfrentamento do trabalho infantil; c) identificação das principais dificuldades na atuação desses órgãos (Ministério do Trabalho e Justiça do Trabalho) no combate ao trabalho infantil, comparando os resultados com as observações contidas nos relatórios dos peritos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no que concerne à efetivação das Convenções 138 e 182 da OIT.

No primeiro eixo da pesquisa, busca-se, por meio da análise dos relatórios de fiscalização, disponíveis no Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI), identificar as principais características dos *trabalhos* realizados por crianças e adolescentes, abaixo da idade legal, no Estado de São Paulo.

O segundo eixo da pesquisa propõe-se a analisar a atuação da Justiça do Trabalho no Estado de São Paulo no combate ao trabalho infantil, tendo em vista que o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região instituiu, por meio do Ato GP nº 19/2013¹⁸, o Juízo Auxiliar da Infância e Juventude (JAIJ), para analisar ações referentes a autorizações para o trabalho, e que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região instituiu, em 2014, o Juizado Especial da Infância e Adolescência (JEIA) pela Resolução Administrativa nº 14¹⁹, com a competência para analisar, conciliar e julgar ações envolvendo crianças e adolescentes trabalhadores.

Por fim, o terceiro eixo da pesquisa tem o objetivo de comparar os resultados obtidos nos dois eixos anteriores, verificando, por meio das variáveis (idade, sexo, setor econômico da atividade realizada e municípios), se é possível afirmar que existe semelhança de perfil entre as crianças e adolescentes resgatados em situação de trabalho e aqueles que recorrem à Justiça do Trabalho ou se, de alguma forma, as fiscalizações do Ministério do Trabalho não têm alcançado determinados setores econômicos.

Neste último eixo, ainda serão consideradas as observações dos peritos da OIT quanto às dificuldades encontradas pelo país para a efetivação das Convenções 138 e 182 OIT, identificando em que medida essas observações refletem a realidade do trabalho precoce identificado no Estado de São Paulo nos dois eixos anteriores.

¹⁸ TRT-2. Ato GP nº 19/2013. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/Normas_Presid/Atos/2013/GP_19_13.html> Acesso em: mai. 2019.

¹⁹ TRT-15. Resolução Administrativa nº 14/ 2014. Disponível em: <http://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/resolucoes-administrativas-2014/-/asset_publisher/2zIYYIHmA53n/content/resolucao-administrativa-n-14-2014?redirect=http%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Fweb%2Fpresidencia%2Fresolucoes-administrativas-2014%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_2zIYYIHmA53n%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-2%26p_p_col_count%3D1> Acesso em: mai. 2019.

NOTA METODOLÓGICA

Tendo em vista que o trabalho infantil é um fenômeno complexo e envolve diversas variáveis, esta nota metodológica foi elaborada com a finalidade de delimitar, de forma mais detalhada, os escopos desta pesquisa.

i. O objetivo da pesquisa

A pesquisa foi pensada considerando a necessidade, diagnosticada no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, de mapeamento do trabalho infantil em níveis estaduais e municipais. Desse modo, o objetivo do trabalho é compreender as características do trabalho infantil no Estado de São Paulo, identificando um perfil das crianças e adolescentes que ingressam no labor precoce.

O Estado de São Paulo foi escolhido como recorte geográfico por conta dos altos índices de trabalho infantil, além do grande número de acidentes de trabalho envolvendo crianças e adolescentes e índices elevados de concessão de alvarás judiciais para o trabalho, abaixo da idade mínima.

Para viabilizar o mapeamento do trabalho infantil no Estado de São Paulo, estabeleceu-se como foco da pesquisa a análise das inspeções de trabalho empreendidas pelos Auditores Fiscais do Trabalho e as ações realizadas pela Justiça do Trabalho, tendo em vista que São Paulo é o único Estado da federação a possuir juizados especiais, no âmbito trabalhista, para tratar de matéria envolvendo crianças e adolescentes.

ii. A pergunta e as hipóteses da pesquisa

Para atingir o objetivo da pesquisa, delimitou-se esta pergunta do estudo: quais são as características dos trabalhadores precoces no Estado de São Paulo, sob a ótica de atuação do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho? Dessa pergunta principal derivam-se outras: qual a faixa etária em que mais se encontra trabalho precoce no Estado de São Paulo? Quais as atividades que mais se utilizam do trabalho precoce no Estado de São Paulo? Há diferença no perfil das crianças que os auditores fiscais resgatam do labor precoce, quando comparadas àquelas que recorrem à Justiça do Trabalho? Quais os principais encaminhamentos gerados após a identificação do trabalho infantil?

Depois de ter sido definida a pergunta da pesquisa e realizada a pesquisa exploratória preliminar, estabeleceram-se as seguintes hipóteses da pesquisa: (a) as características dos trabalhadores precoces variam de acordo com as especificidades regionais da organização do trabalho; (b) as ações de fiscalização de trabalho não têm sido

desenvolvidas de acordo com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador; (c) as ações da Justiça do Trabalho abarcam a atuação tanto judicial quanto extrajudicial, a fim de fortalecer a rede de combate ao trabalho precoce.

iii. Os métodos utilizados

O estudo está subsidiado em análise de material teórico e coleta de dados empíricos que compreendem os dados de fiscalização de trabalho infantil, disponibilizados no Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI); as visitas periódicas de acompanhamento da atuação do Juízo Auxiliar da Infância e Juventude (JAIJ) e dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIA), com a realização de entrevistas com os juízes e servidores ligados a esse órgão e com a observação das ações desenvolvidas em cada circunscrição do Tribunal; e os relatórios emitidos pelo Comitê de Peritos da Organização Internacional do Trabalho acerca das Convenções 138 e 182 da OIT.

Embora a pesquisa se utilize da abordagem qualitativa, no momento das entrevistas com os juízes coordenadores dos juizados especiais trabalhistas, com o objetivo de compreender a forma de funcionamento de cada um dos órgãos, a pesquisa é essencialmente quantitativa, tendo em vista que se buscou, nas análises Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI) e nos processos tramitados nos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIA) e no Juízo Auxiliar da Infância e Juventude (JAIJ), transformar “informações não-estruturadas em dados numéricos”²⁰.

Com base nessa abordagem e no objetivo do estudo, optou-se por utilizar três métodos de pesquisa: bibliográfico, documental e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica abrangeu a produção já publicada sobre o tema, como livros, artigos, revistas, monografias, teses, boletins, relatórios, etc. O levantamento bibliográfico foi feito pela base de dados da biblioteca da Universidade de São Paulo (USP), por meio do Sistema Dedallus e Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBiUSP). Foram consultados também os sistemas IusData e HeinOnline disponibilizados gratuitamente para pesquisa pela USP. Além disso, foram feitas pesquisas nas páginas da Organização Internacional do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região, Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho.

²⁰ CASTRO, Alexandre Samy de. O método quantitativo na pesquisa em direito. In: MACHADO, Maíra Rocha. **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, p. 40.

Como forma de complementar o método bibliográfico, foi utilizada também a pesquisa documental. Cabe destacar que se consideram documento tanto os registros escritos quanto toda a forma de produção cultural transposta em alguma configuração material, de modo que também são documentos os registros iconográficos e cinematográficos²¹.

Assim, foram consultados relatórios sobre a temática produzidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Department of Labour (DOL), Fundação ABRINQ, Tribunal Superior do Trabalho (TST). Também foram consultados os relatórios de fiscalizações de trabalho no Estado de São Paulo, disponibilizados no Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI), e os processos e Ações Cíveis Públicas que tramitaram nos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIA) e Juízo Auxiliar da Infância e Juventude (JAIJ).

A plataforma do Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI) foi elaborada visando complementar as ações de fiscalização do Ministério do Trabalho. Nessa plataforma, os relatórios preenchidos pelos Auditores Fiscais do Trabalho permitem identificar informações quanto à faixa etária, atividade exercida, ações tomadas, número de crianças resgatadas, etc. Todas essas informações são organizadas considerando os estados e municípios fiscalizados.

Foi estabelecido como período para a amostragem o espaço temporal de 12 anos, considerando como marco inicial o ano de 2006, por conta das metas de erradicação estabelecidas no documento “Trabalho decente nas Américas: uma agente hemisférica, 2006-2015”, e, como marco final, o ano de 2017, ano em que a meta de erradicação das piores formas de trabalho infantil, inicialmente estabelecida até 2015 e depois prorrogada até o fim de 2016, já deveria ter sido cumprida pelo país.

Os dados das inspeções no Estado de São Paulo foram compilados em gráficos e analisados com a finalidade de identificar o perfil das crianças e adolescentes resgatados, considerando, ainda, as atividades que realizavam e as principais ações tomadas pelos Auditores Fiscais do Trabalho, após a verificação de existência de trabalho infantil.

Assim, o mapeamento dos dados dessas ações de fiscalização, além de permitir traçar um perfil acerca das crianças e adolescentes que são vítimas de trabalho infantil, de

²¹ CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos** (p. 295-316). Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008, 296.

condições inseguras e insalubres de trabalho, possibilitou a identificação dos municípios em nosso Estado que possuem a maior incidência desse tipo de trabalho.

Em uma segunda etapa, o estudo focou a análise do sistema de justiça trabalhista identificando como os órgãos do Poder Judiciário vêm atuando para buscar a erradicação do trabalho infantil e como as especificidades de cada região impactam, ou não, as ações que são realizadas por eles. Nessa análise, foram considerados o Juízo Auxiliar da Infância e Juventude (JAIJ) e os dez Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIA).

Em relação à análise das ações dos juizados especiais, tanto do TRT-2 quanto do TRT-15, é preciso destacar que cada juizado possui uma sistemática de atuação, a depender do índice de trabalho infantil encontrado na cidade, podendo compreender encaminhamentos para cursos de capacitação, audiências coletivas, realização de campanhas e palestras de conscientização, além de participação em Fóruns Municipais de Erradicação ao Trabalho Infantil.

A fim de desenvolver ferramentas adequadas à captação de dados, foram consultados os relatórios das atividades realizadas pelos JEIAs, encaminhados ao Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, e realizou-se uma visita de reconhecimento ao Juízo Auxiliar em Execução, órgão ao qual se vinculava o Juízo Auxiliar da Infância e Juventude (JAIJ). Tal momento foi essencial para entender a dinâmica de funcionamento dos órgãos e a abrangência das ações realizadas por eles.

Depois de desenvolvidas as ferramentas de mapeamento, utilizou-se o método da pesquisa de campo, com a realização de visitas presenciais em cada um dos dez Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIA), momento em que eventuais modificações nas ferramentas de mapeamento ainda puderam ser realizadas, a fim de apresentar maior efetividade na coleta de dados. Na oportunidade, foram realizadas entrevistas com cada um dos juízes coordenadores, buscando identificar a sistemática de atuação de cada um dos juizados especiais.

Nesta etapa, foi realizada também uma visita ao arquivo do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para analisar todos os processos que tramitaram no Juízo Auxiliar da Infância e Juventude (JAIJ), já que todos os processos eram físicos quando ingressaram na Justiça do Trabalho.

As visitas foram realizadas em datas diferentes, considerando a disponibilidade da pesquisadora e dos juízes responsáveis pelos juizados especiais trabalhistas. Os dados coletados referiam-se às atividades realizadas até o fim de 2017, mantendo, assim, o prazo

estabelecido na coleta de dados relativos à atuação do Ministério do Trabalho. Para se manter a homogeneidade dos dados referentes aos processos trabalhistas consultados que ainda se encontravam em tramitação, a consolidação de dados de todos os juizados foi realizada em dezembro de 2018.

Para a realização da pesquisa de campo, as visitas foram realizadas nas seguintes datas:

Juizado Especial da Infância e Adolescência de Ribeirão Preto – 19 de julho de 2017 (houve encaminhamento posterior do número dos processos que ingressaram, ainda em 2017, no juizado especial à pesquisadora).

Juizado Especial da Infância e Adolescência de Franca – 21 de julho de 2017, 22 e 23 de junho de 2018.

Juizado Especial da Infância e Adolescência de São José do Rio Preto – 24 de julho de 2017 (houve encaminhamento posterior do número dos processos que ingressaram, ainda em 2017, no juizado especial à pesquisadora).

Juizado Especial da Infância e Adolescência de São José dos Campos – 5 de setembro de 2017 (houve encaminhamento posterior do número dos processos que ingressaram, ainda em 2017 no juizado especial à pesquisadora).

Juizado Especial da Infância e Adolescência de Bauru – 3 de outubro de 2017 (houve encaminhamento posterior do número dos processos que ingressaram, ainda em 2017, no juizado especial à pesquisadora).

Juizado Especial da Infância e Adolescência de Campinas – 17 de novembro de 2017 (houve encaminhamento posterior do número dos processos que ingressaram, ainda em 2017, no juizado especial à pesquisadora).

Juízo Auxiliar da Infância e Juventude – 5 de dezembro de 2017 e 29 de março de 2019 (arquivos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região).

Juizado Especial da Infância e Adolescência de Presidente Prudente – 12 e 13 de setembro de 2018.

Juizado Especial da Infância e Adolescência de Sorocaba – 11 de outubro de 2018.

Juizado Especial da Infância e Adolescência de Araçatuba – 15 de outubro de 2018.

Juizado Especial da Infância e Adolescência de Fernandópolis – 12 de novembro de 2018.

Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – 10 e 14 de dezembro de 2018.

Ao final desta etapa, foram encaminhados relatórios a cada um dos juizados especiais, a fim de divulgar os resultados obtidos pela pesquisa e também apresentar ações desenvolvidas em outros municípios que poderiam ser aplicadas em cada uma das circunscrições.

Cabe mencionar que, considerando a Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, que trata das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, envolvendo a utilização de dados diretamente obtidos com participantes ou com informações identificáveis, esta pesquisa foi submetida à análise do Comitê de Ética da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), obtendo, pelo Parecer nº 2.642.376, a aprovação para a realização das entrevistas mencionadas acima.

Na terceira etapa, os dados referentes às fiscalizações de trabalho infantil, no Estado de São Paulo, e à atuação da Justiça do Trabalho foram comparados, a fim de identificar semelhanças e diferenças no perfil das crianças e adolescentes. Os resultados obtidos nessa consolidação de dados foram cotejados com as observações realizadas pelos peritos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no momento das análises de cumprimento das convenções internacionais pelo país, neste caso, as Convenções 138 e 182 da OIT. Essa comparação foi importante para determinar em que medida as dificuldades encontradas no Estado de São Paulo no combate ao trabalho precoce eram, de alguma forma, semelhantes às identificadas em nível nacional pelos peritos.

Com base nesses métodos, foi possível mapear o contexto e a efetividade das políticas públicas, desenvolvidas pela Justiça do Trabalho, no combate ao trabalho infantil no Estado de São Paulo em um contexto coletivo, quando considerada a totalidade dos juizados e das ações de fiscalização e, paralelamente, as individualizadas por meio da análise das ações de combate nos municípios, com as respectivas ações de erradicação.

Os dados empíricos e bibliográficos se complementaram, a fim de propiciar uma análise das ações de combate ao trabalho infantil no Estado de São Paulo, sob a ótica do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho, considerando os compromissos de erradicação do trabalho infantil assumidos pelo Brasil e propiciando, ao final, uma comparação dos resultados encontrados no Estado, com as observações efetuadas pelos peritos da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

iv A estruturação do texto

Este trabalho foi estruturado em nove tópicos: introdução; nota metodológica; capítulo 1; capítulo 2; capítulo 3; capítulo 4; considerações finais; bibliografia; e anexos.

A introdução e as notas metodológicas foram elaboradas para apresentar ao leitor o tema da dissertação e o contexto em que ela foi pensada e estruturada, com o objetivo principal do trabalho, a justificativa da relevância do tema e as metodologias utilizadas para alcançar o objetivo estipulado.

O primeiro capítulo se pautou em uma análise do processo histórico do trabalho infantil em nosso país, buscando compreender quais eram as características das crianças que trabalhavam no Brasil, desde a época da colonização até os dias de hoje, e, com isso, verificar se houve mudanças significativas nesse perfil com a existência de legislações mais protetivas. Além disso, o capítulo analisa o sistema nacional e internacional de proteção às crianças e adolescentes, identificando como as autorizações para o trabalho abaixo dos limites legais impactam o cumprimento das metas de erradicação assumidas pelo país e como o sistema de normas internacionais se compatibiliza com o sistema de normas nacionais. Por fim, ainda foi analisado o papel da Justiça do Trabalho no combate ao trabalho infantil, identificando os eventos que levaram à criação dos juizados especiais no âmbito trabalhista.

O segundo capítulo versa sobre as ações do Ministério do Trabalho no combate ao trabalho infantil, com a identificação das metas de fiscalizações instituídas no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Os dados das inspeções, realizadas no Estado de São Paulo, de 2006 a 2017, contidas no Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI), foram analisados neste capítulo, com a sistematização dos resultados em gráficos e mapas.

O terceiro capítulo foi destinado à análise das ações dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIA) e do Juízo Auxiliar da Infância e Juventude (JAIJ), quando foram identificadas as particularidades na atuação de cada um dos juizados. Os dados foram sistematizados em gráficos, identificando-se as características dos jovens que recorrem à Justiça do Trabalho, bem como os principais pedidos versados nas reclamações trabalhistas, os municípios e o resultado dos processos.

Nesse capítulo, também foram analisadas tanto as Ações Cíveis Públicas que tramitaram perante os juizados especiais quanto as ações extrajudiciais desenvolvidas por esses órgãos, ações que demonstram a importância dos juizados dentro da rede de proteção da criança e do adolescente.

Por fim, o quarto capítulo foi destinado à comparação dos resultados encontrados nas ações de fiscalização de trabalho infantil e na atuação da Justiça do Trabalho, identificando particularidades regionais, além de dados complementares. Neste capítulo, ainda foram

analisadas as observações feitas pelos peritos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em relação à atuação do país no cumprimento das disposições previstas nas Convenções 138 e 182, identificando em que medida essas observações reafirmavam, ou não, as percepções obtidas pelos dados coletados do Ministério do Trabalho e dos juizados especiais trabalhistas.

Nas considerações finais, buscou-se apresentar as peculiaridades encontradas na pesquisa, referentes ao trabalho infantil no Estado de São Paulo, bem como identificar as principais ações de combate ao trabalho infantil realizadas pela Justiça do Trabalho e a importância da atuação do Poder Judiciário dentro da rede de proteção à criança e ao adolescente, diante do panorama brasileiro de desarticulação de políticas públicas de combate ao trabalho precoce.

Por fim, a bibliografia sistematiza todo o material utilizado para a realização da pesquisa e os anexos apresentam dados complementares aos apresentados no corpo da dissertação.

CONCLUSÃO

Mediante a análise das legislações destinadas às crianças e aos adolescentes, percebe-se que o Brasil caminhou no intuito de substituir a doutrina penal do menor pela doutrina da proteção. Nessa nova doutrina, que norteia toda a legislação após a Constituição de 1988, essas pessoas em desenvolvimento devem ser o centro de atenção das políticas públicas empreendidas pelo Estado, a medida em que a Constituição Federal instituiu, como não fez em nenhuma outra matéria, o dever de proteção integral e prioridade absoluta à efetivação de direitos de crianças e adolescentes.

Ao estipular, em seu art. 227 da CF, que essa prioridade absoluta e proteção integral devem ser efetivadas tanto pelo Estado quanto pela família e pela sociedade, a Constituição pretendeu evitar o negligenciamento com os direitos das pessoas em desenvolvimento, estipulando que algum destes indivíduos – Estado, família ou sociedade – deveria efetivar esses direitos.

Além disso, ao estipular os deveres da família, do Estado e da sociedade, a Constituição acabou por identificar que seria necessário o trabalho em conjunto desses três setores, para garantir a efetivação dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes. Desse modo, pode-se identificar que a criação de redes de proteção, como as voltadas ao combate do trabalho infantil, nada mais é que o cumprimento de um dispositivo constitucional.

Outro ponto que merece destaque na transição da doutrina penal do menor para a doutrina da proteção integral e prioridade absoluta em torno da questão laboral é que, em muitos aspectos, a legislação interna brasileira se mostrou mais protetiva que as convenções internacionais que tratam sobre a questão do trabalho infantil, já que elas apresentam várias exceções para a aplicação da idade mínima para o trabalho.

Apesar dessas exceções à aplicação da idade mínima para o trabalho, trazidas pelas Convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a ratificação desses documentos foi importante para o país na medida em que instituíram novos parâmetros de interpretação no ordenamento interno, com a inclusão de princípios que devem ser levados em conta no momento da interpretação constitucional. Um desses princípios é do não retrocesso, instituído pela Convenção 138 da OIT, quando estabelece que a idade mínima para o trabalho pode ser elevada, mas não prevê possibilidade de redução dessa idade.

Assim, o Brasil, quando ratificou a Convenção 138 da OIT, garantiu que os parâmetros protetivos em torno da questão laboral envolvendo crianças e adolescentes só puderam ser ampliados, já que incluiu o princípio do não retrocesso entre aqueles que devem ser levados em conta no momento de interpretação constitucional.

Releva dizer, ademais, que na sessão do dia 8 de agosto de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a ADI 3446³⁸², reconheceu o princípio do não retrocesso em matéria de direitos da criança e do adolescente em um caráter mais genérico, no sentido de impedir, inclusive, alterações legislativas e neutralizações de dispositivos legais que pudessem de alguma maneira sinalizar um retorno às doutrinas anteriores, manifestadas, sobretudo, nos códigos penais dos menores.

Apesar de todo esse avanço legislativo, os números relativos ao trabalho precoce no país continuam elevados. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015), havia, no Brasil, 2,7 milhões de pessoas entre 5 e 17 anos trabalhando, dos quais 79 mil estavam no grupo de 5 a 9 anos, 333 mil no grupo de 10 a 13 anos e 2,3 milhões no grupo de 14 a 17 anos.³⁸³ Cabe lembrar que os dados da PNAD 2016 não foram considerados na análise tendo em vista a mudança de metodologia efetuada na pesquisa, conforma já explicado na introdução do trabalho.

Assim, apesar de o Brasil ter progredido a fim de criar uma legislação protetiva para crianças e adolescentes, inclusive instituindo os princípios da prioridade absoluta e da proteção integral, e desenvolver programas de combate ao trabalho infantil, como o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador e o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, no âmbito da Justiça do Trabalho, o trabalho precoce continua sendo um problema no país.

Pela análise encontrada nos relatórios dos peritos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pode-se entender que existem alguns tipos de atividades que empregam trabalhadores precoces que são mais difíceis de combater e exigem uma abordagem diferenciada. Esse seria um dos motivos pelos quais as políticas de combate ao trabalho infantil no Brasil, antes em ascensão, não avançaram tanto nos últimos anos.

Outro ponto importante encontrado na pesquisa diz respeito à atividade de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. A categoria conta com o menor

³⁸² STF. **ADI 3446**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seq_objetoincidente=2282474> Acesso em: ago. 2019.

³⁸³ IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2015. p. 62. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>> Acesso em: abr. 2019.

efetivo dos últimos 20 anos, e, no Estado de São Paulo, que possui 645 municípios, estavam em atividade, em 2017, 395 auditores, havendo, assim, dificuldade numérica para o cumprimento das ações de fiscalização.

Outras dificuldades nas ações de fiscalizações relacionam-se aos cortes orçamentários que ocasionaram o contingenciamento de 70% das verbas para a área de fiscalização. Já se percebia, no Estado de São Paulo, pelos dados consultados ao Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI), uma queda acentuada no número de inspeções no período de 2014 a 2016, voltando a subir em 2017. As consequências desse contingenciamento, no entanto, devem ser percebidas nos próximos anos, com a diminuição do quadro de auditores fiscais, tendo em vista a falta de concursos públicos para a área.

É preciso somar a esse panorama a recente extinção do próprio Ministério do Trabalho. Não se sabe, ainda, como serão mantidas as ações de fiscalização sob a competência do Ministério da Economia, no entanto a falta de uma pasta específica para tratar dos assuntos relacionados ao trabalho pode indicar menor comprometimento do governo com essas questões. Os impactos dessa extinção, comprovada por dados estatísticos, somente poderão ser analisados com o passar no tempo, porém os dados relacionados à diminuição orçamentária e à falta de auditores demonstram a inviabilidade do fortalecimento das ações voltadas à erradicação do trabalho precoce no país.

É importante ainda mencionar que o fortalecimento das ações voltadas à erradicação do trabalho precoce se mede não apenas em relação ao número de inspeções realizadas pelos Auditores Fiscais do Trabalho, mas também em relação aos municípios abrangidos por essas ações de fiscalização.

Percebeu-se, na análise feita no Estado de São Paulo, que a maioria das vistorias era realizada nas regiões onde se fixavam as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, e, no período de 2006 a 2017, dos 625 municípios do Estado de São Paulo, apenas 245 apresentaram alguma ação de fiscalização de trabalho infantil. Com um menor número de auditores e menor verba destinada às ações de inspeção, o número de municípios abrangidos por essas ações tende a cair, ainda que o número total de inspeções aumente, como ocorrido em 2017.

Assim, na análise futura do impacto das ações de fiscalização de trabalho infantil no país, é preciso considerar tanto os números totais de inspeções quanto o número de municípios impactados por essas ações, tendo em vista que, para cumprir a meta de erradicação total do trabalho infantil até 2025, estipulada nos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), é preciso que todos os municípios do país sejam impactados por essas atuações.

Outro ponto a ser observado nas ações de fiscalização é a forma de abordagem realizada. Conforme verificado, em 2016, no relatório dos peritos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi solicitado ao Brasil que empreendesse ações específicas de combate ao trabalho infantil doméstico e ao tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, econômica e laboral. No entanto, apesar de os peritos terem realizado essas observações em mais de um relatório, no período de análise das ações de fiscalização no Estado de São Paulo (2006-2017), não foi verificada nenhuma ação específica nesse sentido.

Assim, outra variável que precisa ser considerada no momento de futura análise da efetividade das ações de combate ao trabalho infantil é a observância, pelo país, das sugestões dos peritos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), já que esses profissionais, por analisarem a situação de trabalho precoce em todos os países que ratificaram as Convenções 138 e 182 da OIT, acabam por compreender o problema de forma mais globalizada.

Em relação à análise da atuação dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIAs), foi possível perceber que esses juizados cumprem com as sete linhas norteadoras instituídas pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem³⁸⁴ (art. 2º) no âmbito da Justiça do Trabalho.

Em relação à linha de atuação de política pública, todos os JEIAs vêm implementando políticas de prevenção e combate ao trabalho precoce, sobretudo em colaboração com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério do Trabalho, na realização de audiências públicas visando à conscientização da população acerca dos malefícios do trabalho precoce e na cobrança do cumprimento das cotas de aprendizagem pelas empresas.

Já na linha do diálogo social, os juizados, em sua maioria, compõem fóruns municipais ou regionais de combate ao trabalho infantil. Esse diálogo vem facilitando inclusive o fortalecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente na região em que atuam. Exemplo disso são as ações de busca ativa, realizadas no município de Presidente

³⁸⁴CSJT. **Ato** **nº** **419/CSJT.** Disponível em:<
https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/34480/2013_ato0419_csjt.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
 Acesso em: abr. 2019.

Prudente, e o sistema de encaminhamentos para cursos de capacitação no município de Franca, fortemente ligados ao diálogo empreendido dentro desses fóruns.

É preciso destacar que mesmo os juizados que atuam em localidades onde inexistem fóruns municipais e regionais de combate ao trabalho infantil efetivam essa linha de diálogo social. É possível citar o Projeto Cidadão Aprendiz de Araçatuba, o Projeto Aprendiz de Justiça de Ribeirão Preto e até a Semana da Criança, realizada em parceria com o Santuário Nacional de Aparecida, como exemplos de efetivação de diálogo social, mesmo diante da falta de um espaço exclusivamente destinado a esse fim.

A área de educação para a prevenção também está presente nas audiências públicas, visto que todas elas se pautam na difusão de informações visando prevenir o trabalho precoce, tendo como público-alvo os empresários. Nos cursos de capacitação realizados pelos juizados de Franca, Ribeirão Preto e Araçatuba, percebe-se a preocupação de difundir essas informações preventivas entre os adolescentes, sobretudo em relação às questões do contrato de aprendizagem.

O compartilhamento de dados e informações entre as instituições parceiras dos juizados é perceptível na descrição tanto de suas ações judiciais, especialmente nas Ações Cíveis Públicas, quanto de suas ações extrajudiciais, com a organização das audiências públicas, seminários, encaminhamentos para a contratação de aprendizes e desenvolvimento de cursos profissionalizantes. No compartilhamento dessas informações, inclusive, sobressaíram-se os parceiros dos juizados, na medida em que todos eles se dispuseram a compartilhar dados com esta pesquisa, além de viabilizar entrevista e reunião com todos os juízes coordenadores e com o Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Esse compartilhamento de dados foi importante para a efetivação de outra linha de atuação, que é a de estudos e pesquisas, a fim de facilitar os diagnósticos das características de trabalho infantil na região em que atuam. O panorama apresentado neste trabalho pode contribuir no delineamento de novas ações dos juizados especiais com base na identificação de especificidades regionais.

Cabe destacar também que a iniciativa de busca ativa empreendida pelo Juizado Especial da Infância e Adolescência de Presidente Prudente é outro exemplo de pesquisa que visa auxiliar a atuação dos órgãos de proteção à criança e ao adolescente, no intuito de empreender maior eficiência às ações de combate ao trabalho infantil.

A concretização de normas internas e internacionais é percebida de forma mais incisiva na atuação jurisdicional dos juizados especiais, tanto na jurisdição voluntária, com

a análise dos pedidos de autorização para o trabalho abaixo da idade mínima, quanto na jurisdição contenciosa, com a aplicação de sanções em razão do descumprimento dessas normas.

Essa efetivação das normas também é realizada nas ações extrajudiciais, com o estímulo do cumprimento das cotas de aprendizagem, o fornecimento de cursos de capacitação, a busca pela reinserção social de adolescentes encaminhados à Fundação CASA e o estímulo de fornecimento de vagas de aprendizagem por parte do Poder público.

A sétima linha viabilizada pela atuação dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIAs) é a da eficiência jurisdicional, com a tramitação prioritária dos processos envolvendo questões relacionadas ao direito de crianças e adolescentes. Os juizados especiais foram instituídos exatamente visando a essa prioridade de tramitação processual, conforme disposto nos considerandos da Resolução Administrativa nº 14/2014. No entanto, cabe destacar que essa prioridade somente será efetivada com o encaminhamento dos processos a esses juizados especiais, pois, na análise individual dos órgãos, pôde ser percebido que ainda existem localidades não abrangidas pelos JEIAs, sendo indicativo de que, nessas regiões, os processos envolvendo crianças e adolescentes não estão sendo devidamente encaminhados.

Assim, percebe-se que, com pouco tempo de atuação, os juizados especiais do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região têm conseguido resultados muito positivos e cumprido com todas as diretrizes do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem no âmbito da Justiça do Trabalho. Apesar de ainda necessitarem expandir sua atuação para englobar todos os municípios da região em que atuam, se considerarmos que o juizado mais antigo foi implementado somente no fim de 2014, os resultados apresentados são promissores.

É preciso ainda considerar que, em um panorama de desarticulação de políticas públicas voltadas à erradicação do trabalho infantil, com a extinção do Ministério do Trabalho, com os cortes orçamentários e baixos números de auditores fiscais, a atuação desses juizados especiais e da Justiça do Trabalho como um todo se torna ainda mais relevante à medida que podem fortalecer as ações tanto preventivas de trabalho infantil quanto as restaurativas.

Outro ponto que merece destaque na análise da atuação desses juizados especiais é que se verificou que as ações extrajudiciais desenvolvidas por esses órgãos dependem do ímpeto dos juízes coordenadores e das entidades parcerias. Assim, o que se identificou na pesquisa é que, na atuação desses juizados, é necessário um juiz que entenda a

complexidade das questões envolvendo crianças e adolescentes e entenda que a efetivação do direito ao não trabalho é permeada também por questões não jurídicas, que merecem a atenção da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho (MPT) e de toda a rede de proteção, na medida em que impactam futuras ações trabalhistas diante do descumprimento de normas nacionais e internacionais.

Assim, é possível identificar, no perfil de juízes coordenadores dos juizados especiais, a compreensão de que suas ações devem ir além de seus gabinetes, um perfil de juiz cidadão que entende a importância de envolver, nas ações de erradicação do trabalho infantil, outros órgãos e criar uma rede de proteção às crianças e aos adolescentes, conforme estipulado no art. 227 da Constituição Federal.

Cabe mencionar, ainda, que se identificou, nas análises individuais da atuação dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIAs), que, nas regiões em que atuam os órgãos, estão se desenvolvendo ou fortalecendo redes de proteção à criança e ao adolescente, as quais vêm criando um fluxo de funcionamento próprio, levando em conta as necessidades e especificidades da região em que atuam, o que torna suas ações mais efetivas.

Ademais, a efetividade das ações específicas de combate ao trabalho precoce, instituídas nas regiões de atuação dos juizados especiais, revela a importância da construção de uma política de combate que se atenha às especificidades locais da organização do trabalho. Desse modo, é possível concluir que, para a erradicação total do trabalho infantil no país, é preciso que mais ações específicas sejam elaboradas, tendo em vista que as ações genéricas não conseguem englobar a totalidade das atividades que se utilizam de crianças e adolescentes.

Dessa maneira, considerando a sucessiva desarticulação das políticas públicas voltadas ao combate do trabalho precoce, percebe-se a importância de ampliar as ações realizadas pela Justiça do Trabalho, por meio de seus juizados especiais, como meio plausível de cumprimento das metas de erradicação do trabalho infantil assumidas pelo Brasil.

Essa ampliação deve considerar não só o aspecto territorial, no sentido de alcançar mais municípios- municípios como: Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Itanhaém e Botucatu- e outros Tribunais Regionais do Trabalho, como também o aspecto organizacional da Justiça do Trabalho, de modo que as demandas envolvendo crianças e adolescentes trabalhadores também encontrem prioridade de tramitação e tratamento específico no segundo grau de jurisdição.

Além do mais, essa especificação no segundo grau de jurisdição é uma questão importante e pode passar a ser um dos vieses de atuação do Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região como uma meta de longo prazo.

Quanto aos perfis dos jovens trabalhadores, gerados pela análise dos processos, inspeções e pedidos de autorização para o trabalho, é preciso ter em mente que não se pode afirmar que refletem a totalidade de trabalho infantil encontrado no Estado de São Paulo, isso porque já foi identificado, inclusive pelos relatórios de peritos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que as fiscalizações de trabalho buscam atividades elencadas entre as piores formas de trabalho infantil e que algumas atividades encontram mais dificuldades de fiscalização do que outras. Além disso, nem todos os trabalhadores precoces recorrem à Justiça do Trabalho, de modo que não se pode ter um perfil exato, mas apenas um direcionamento das características desses jovens.

O que se percebeu por meio das informações que puderam ser coletadas é que os trabalhos artísticos tendem a receber pedidos para o trabalho envolvendo crianças mais novas, inclusive bebês. Não se pode afirmar pelos dados coletados, no entanto, que o trabalho artístico envolva o labor de crianças mais novas que os outros tipos de trabalho, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelas inspeções de trabalho em algumas atividades econômicas, como as atividades domésticas.

Em relação ao sexo das crianças e adolescentes trabalhadores ou solicitantes de autorização para o trabalho, percebeu-se que, nos processos, havia a predominância de meninos, embora, em algumas regiões do Estado de São Paulo, tenha se identificado a predominância de meninas (Araçatuba, Fernandópolis, Franca, São José dos Campos e Sorocaba).

Nos resgates de trabalhadores, também se identificou a predominância de meninos, esse número, contudo, precisa ser analisado com as atividades inspecionadas pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Foi verificada grande incidência de inspeções ligadas a trabalhos em oficinas mecânicas, construções e em vias públicas, trabalhos que tendem a envolver mais os meninos. Por outro lado, por conta das dificuldades de fiscalização, foram encontradas apenas quatro inspeções em trabalhos domésticos, atividades que envolvem mais meninas (segundo dados da PNAD e relatório dos peritos da OIT, apresentados anteriormente). Assim, os tipos de atividades inspecionadas podem impactar fortemente os dados relacionados ao sexo dos trabalhadores, pois não é possível afirmar que os meninos tendem a trabalhar mais precocemente que as meninas.

Nos números totais de pedidos de autorização para o trabalho, foi identificada a predominância de meninas, a qual ocorreu nas solicitações para o trabalho artístico, enquanto se verificou a predominância de meninos nas solicitações para outros tipos de trabalho.

Em relação ao setor econômico, é importante destacar que, em todas as formas de análise, foi verificado que a área de comércio e serviços era a que mais concentrava trabalho de crianças e adolescentes. Embora os setores da indústria e da agricultura tenham apresentado variações de acordo com a região do Estado de São Paulo estudada, o setor de comércio e serviços manteve-se sempre com o maior índice de jovens trabalhadores. Essa é, portanto, uma das características que precisa ser levada em conta no momento de implementação de políticas públicas voltadas para a erradicação de trabalho infantil no Estado de São Paulo.

Em relação aos municípios do Estado de São Paulo abrangidos pela atuação dos Auditores Fiscais do Trabalho e da Justiça do Trabalho (Juizados Especiais da Infância e Adolescência e Juízo Auxiliar da Infância e Juventude), percebeu-se que ainda é preciso intensificar as ações de modo a abranger todo o Estado. Também foi possível identificar que atuação dos auditores engloba um número de municípios maior que a atuação dos juizados, mas cabe frisar que os juizados foram instalados há pouco tempo, de modo que existem planejamentos para que suas ações ainda sejam ampliadas.

Embora a atuação dos auditores fiscais tenha abrangido mais municípios no Estado de São Paulo, percebeu-se, principalmente nos últimos anos analisados na pesquisa, que as inspeções têm se concentrado em municípios próximos às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego. Essa concentração nas inspeções pode ser explicada pelo corte de verbas destinadas à fiscalização e pelo menor número de auditores em atividade; entretanto, um estudo mais específico seria necessário para identificar todos os impactos dessas contingências.

O fato de os juizados especiais não receberem ações trabalhistas de todos os municípios que englobam sua atuação sugere que processos envolvendo crianças e adolescentes trabalhadores não estejam sendo encaminhados. Para minimizar essa possibilidade, seria importante que os Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIAs) e o Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região empreendessem ações de conscientização voltados aos juízes e servidores do tribunal.

A conscientização interna no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (juízes e servidores) garantiria maior apoio às ações desempenhadas de conscientização social acerca dos malefícios de trabalho precoce, bem como garantiria, se não o total, maior encaminhamento de processos envolvendo crianças e adolescentes trabalhadores.

É importante destacar que seria fundamental que essas ações de conscientização, voltadas aos servidores do tribunal, fossem periódicas, a fim de permitir o compartilhamento de informações sobre os progressos realizados pela atuação dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIAs). Também seriam importantes ações específicas de conscientização interna logo na formação inicial para os juízes do trabalho substitutos. Dessa forma, uma parceria com a Escola Judicial do tribunal seria importante para viabilizar essas ações.

Cabe ainda destacar que as ações de conscientização voltadas aos juízes substitutos poderiam facilmente ser encaixadas na fase de formação inicial regional, tanto na concentrada quanto na difusa, no eixo destinado ao estudo de temas relacionando o direito e a sociedade, conforme estipulado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT).³⁸⁵

Outro ponto que precisa ser considerado é a extinção do Juízo Auxiliar da Infância e Juventude (JAIJ) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Cabe mencionar que tal extinção se deu por conta da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 5326/DF, com o entendimento de que a fixação da competência da Justiça Comum para a análise de pedidos de autorização para o trabalho artístico acabaria por inviabilizar a atuação do órgão em longo prazo, tendo em vista que todos os pedidos de autorização para o trabalho versavam sobre atividades artísticas.

No entanto, é preciso lembrar ser possível que o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região voltasse a implementar o órgão com a reestruturação de suas ações, de modo a desenvolver um trabalho semelhante ao realizado pelos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIAs) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A reestruturação do órgão perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região poderia pautar-se principalmente no estímulo ao desenvolvimento de ações extrajudiciais de fortalecimento da rede de proteção em torno da criança e do adolescente e na tramitação prioritária e específica de ações trabalhistas envolvendo trabalhadores precoces.

³⁸⁵ ENAMAT. **Formação inicial**. Disponível em: < http://www.enamat.jus.br/?page_id=959 > Acesso em: abr. 2019.

Além dessa reestruturação, é importante destacar que, como o Estado de São Paulo é o único Estado do Brasil a possuir dois Tribunais Regionais do Trabalho, seria interessante que houvesse maior comunicação entre o TRT-2 e o TRT-15, no sentido de desenvolver ações mais amplas de combate ao trabalho infantil, utilizando as estruturas do Poder Judiciário trabalhista para englobar todo o Estado.

A parceria entre esses dois tribunais regionais estaria de acordo com o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem no âmbito da Justiça do Trabalho³⁸⁶, visto que possibilitaria o fortalecimento do eixo de diálogo institucional, que é uma das linhas norteadoras do plano, conforme previsto no art. 2º, inciso III.

Outro ponto que poderia passar a ser considerado pelos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIAs) em sua atuação é o relativo aos relatórios elaborados pela Comissão de Peritos da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Considerando os apontamentos realizados pela comissão, os JEIAs podem nortear a sua atuação no intuito de fortalecer as políticas públicas, sobretudo nos aspectos que o país encontra mais dificuldade.

Essa atuação estaria de acordo não só com o eixo de implementação de políticas públicas do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, como também com o eixo de diálogo institucional e de compartilhamento de dados e divulgação de informações sobre o trabalho precoce.

Assim, a ampliação da atuação da Justiça do Trabalho, com foco em ações preventivas e reparatorias envolvendo o trabalho infantil, parece ser o caminho mais efetivo para alcançar as metas assumidas pelo Brasil nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), diante de um panorama em constante desarticulação das políticas públicas voltadas ao combate do trabalho precoce.

³⁸⁶CSJT. Ato nº 419/CSJT. Disponível em:<
https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/34480/2013_ato0419_csjt.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
 Acesso em: abr. 2019.

BIBLIOGRAFIA

a. Doutrina

ALBUQUERQUE, Luís (Direção); DOMINGUES, Francisco Contente. **Dicionário de histórias dos descobrimentos portugueses**. Lisboa: 1994, v. 1.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

ARRUDA, Kátia Magalhães. A Lei da Aprendizagem na interpretação do Tribunal Superior do Trabalho. In: CÉSAR, João Batista Martins; MELO, Guilherme Aparecido Bassi de. **Trabalho Infantil: mitos, realidades e perspectivas- estudos realizados em homenagem ao Professor Oris de Oliveira**. São Paulo: LTr, 2016.

BAFFERT, Sigrid. **Os operários com dentes de leite: histórias sobre o trabalho infantil**. São Paulo: Edições SM, 2006.

BELTRAN, Ari Possidonio. **Direito do trabalho e direitos fundamentais**. São Paulo: LTr, 2002.

Bilder, Richard B. **An overview of international human rights law**. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1641167> Acesso em: fev. 2019.

BRITO, Lemos. **As leis de menores no Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia da Escola de Prevenção 15 de nov. 1929.

CASTRO, Alexandre Samy de. O método quantitativo na pesquisa em direito. In: MACHADO, Maíra Rocha. **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

CAVALCANTE, Sandra; FELICIANO, Guilherme Guimarães; OLIVA, José Roberto Dantas. **Trabalho infantil artístico: compreensão pouca, proteção nada integral**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/trabalho-infantil-artistico-compreensao.pdf>> Acesso em: jul. 2018.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al.. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos** (p. 295-316). Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

CÉSAR, João Batista Martins; MELO, Guilherme Aparecido Bassi de. **Trabalho Infantil: mitos, realidades e perspectivas- estudos realizados em homenagem ao Professor Oris de Oliveira**. São Paulo: LTr, 2016.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

COELHO, Bernardo Leôncio Moura. **A proteção à criança nas constituições brasileiras: 1824 a 1969.** Disponível em:< <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/390>> Acesso em: ago.2017.

CORREA, Lelio Bentes. **O desafio de erradicação do trabalho infantil e o papel da Magistratura do Trabalho.** Disponível em:< <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/38381>> Acesso em: mar.2018.

CORREA, Lelio Bentes; FAVA, Marcos Neves; NOCCHI, Andréa Saint Pastous (Orgs). **Criança e trabalho:** da exploração à educação. São Paulo: LTr, 2015.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. **Juizados especiais na Justiça do Trabalho.** Disponível em:< https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/109600/2002_correia_marcus_juizados_especiais.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: fev. 2019.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.** Tradução B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

FAVA, Marcos Neves; NOCCHI, Andrea Saint Pastous; VELLOSO, Gabriel Napoleão (Orgs). **Criança, Adolescente, Trabalho.** São Paulo: LTr, 2010.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. A ADI n. 5.326/DF e a competência da Justiça do Trabalho para pedidos de autorização relativos à participação de crianças e adolescentes em representações artísticas: um passo para trás. In: CÉSAR, João Batista Martins; MELO, Guilherme Aparecido Bassi de. **Trabalho Infantil:** mitos, realidades e perspectivas- estudos realizados em homenagem ao Professor Oris de Oliveira. São Paulo: LTr, 2016.

FELICIANO, Guilherme Guimarães; PESSOA, Flavia Moreira Guimarães. **Concretização de direitos fundamentais e competência da Justiça do Trabalho para autorização de trabalho artístico infanto-juvenil.** Disponível em:< <http://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/808>> Acesso em: jul. 2018.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Curso crítico de Direito do Trabalho:** Teoria Geral do Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2013.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques. **A reforma do instituto da aprendizagem no Brasil:** anotações sobre a Lei 10.097/2000. Disponível em:< http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/reforma_instituto_aprendizagem_brasil.pdf> Acesso em: mar. 2018.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2006.

GOÉS, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

GRUNSPUN, Haim. **O trabalho das crianças e dos adolescentes.** São Paulo: LTr, 2000.

GUTIÉRREZ, Horacio. **O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII**. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18592>> Acesso em: ago.2017.

HARTUNG, Pedro; HENRIQUES, Isabella. **O Direito novo do art. 227**. Disponível em:< <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI191102,91041-O+Direito+novo+do+art+227>> Acesso em: jan. 2018.

HOEFEL, Maria da Graça Luderitz; SEVERO, Denise Osório. Saúde e trabalho infantil no Brasil: impactos do capitalismo global, pp.41,42. In: CORREA, Lelio Bentes; FAVA, Marcos Neves; NOCCHI, Andréa Saint Pastous (Orgs). **Criança e trabalho: da exploração à educação**. São Paulo: LTr, 2015.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Trabalho infantil: necessidade, valor e exclusão social**. Brasília/Goiânia: Plano Editora e Editora UFG, 2006.

MARQUES, Rafael Dias; SANTOS, Elisiane. Proteção integral de crianças e adolescentes no trabalho artístico e o sistema de Justiça do Trabalho. In: CÉSAR, João Batista Martins; MELO, Guilherme Aparecido Bassi de. **Trabalho Infantil: mitos, realidades e perspectivas- estudos realizados em homenagem ao Professor Oris de Oliveira**. São Paulo: LTr, 2016.

MARQUES, Walter Ernesto Ude. **Infâncias (pré) ocupadas: trabalho infantil, família e identidade**. Brasília: Plano Editora, 2001.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **O filho da escrava- em torno da lei do ventre livre**. Revista Brasileira de História, Escravidão. São Paulo: Marco Zero, 1988. v.8. p.40-42. Disponível em:< www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3674> Acesso em: ago. 2017.

MAUÉS, Antonio Moreira. **Supralegalidade dos tratados internacionais de direitos humanos e interpretação constitucional**. Disponível em:< <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r32493.pdf>> Acesso em: fev. 2019.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

OLIVA, José Roberto Dantas. **Competência para (des)autorizar o trabalho infantil**. Disponível em:< <http://www.conjur.com.br/2012-out-16/jose-roberto-oliva-competencia-desautorizar-trabalho-infantil>> Acesso em: jan. 2018.

OLIVA, José Roberto Dantas. **O princípio da proteção integral e o trabalho da criança e do adolescente no Brasil**. São Paulo: LTr, 2006.

OLIVEIRA, Oris. **Esclarecimentos trabalho infantil**. Disponível em:< <http://www.fnpeti.org.br/arquivos/biblioteca/b7f6f085b8f98d2de4dffa0418945ef8.pdf>> Acesso em: set. 2018.

OLIVEIRA, Oris. **Trabalho infantil artístico.** Disponível em:<
<http://www.fnpeti.org.br/arquivos/biblioteca/954a0a66dd4af30f92918068ab293d25.pdf>>
 Acesso em: out. 2018.

OLIVEIRA, Oris. **O trabalho da criança e do adolescente.** São Paulo: LTr; Brasília: OIT, 1994.

OLIVEIRA, Oris. **Problemas relativos ao trabalho infantojuvenil e o movimento pela erradicação.** Disponível em:<
https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/103539/2014_oliveira_oris_problemas_relativos.pdf?sequence=1> Acesso em: mar.2018.

OLIVEIRA, Oris. **Trabalho e profissionalização de adolescente.** São Paulo: LTr, 2009.

OLIVEIRA, Siro Darlan. **Crianças e adolescentes: competência de todos.** Disponível em:< <http://www.editorajc.com.br/criancas-e-adolescentes-competencia-de-todos/>> Acesso em: out.2018.

PASSONE, Eric Ferdinando; PEREZ, José Roberto Rus. **Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil.** Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140>> Acesso em: ago. 2017.

PIOVESAN, Flávia. **A Constituição brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos.** Disponível em:<<https://ww2.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/API/article/download/.../3638>> Acesso em: fev. 2019.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

RAMOS, Fábio Pestana. **Por mares nunca dantes navegados.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Crianças e criminalidade no início do século XX. . In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

SARTORI, Elisiane. **Trabalho infantil em Franca: um laboratório das lutas sociais em defesa da criança e do adolescente.** Disponível em:<
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100011>
 Acesso em: fev. 2018.

SERRÃO, José. Demografia portuguesa na época dos descobrimentos e da expansão. In: ALBUQUERQUE, Luís (Direção); DOMINGUES, Francisco Contente. **Dicionário de histórias dos descobrimentos portugueses.** Lisboa: 1994, v. 1.

SCHWARTZMAN, Felipe Farah; SCHWARTZMAN, Simon. **O trabalho infantil no Brasil**. Disponível em:<
https://www.researchgate.net/profile/Simon_Schwartzman/publication/225088758_Trabalho_infantil_no_Brasil/links/0912f5064693bc1a00000000.pdf> Acesso em: fev. 2018.

VIEIRA, Marcia Guedes. **Trabalho infantil no Brasil: questões culturais e políticas públicas**. Disponível em:<
http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4415/1/2009_MarciaGuedesVieira.pdf> Acesso em: jan. 2019.

VILANI, Jane Araújo dos Santos. **O que é trabalho infantil**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco A. S. Da casa à rua: a cidade como fascínio e descaminho. In: **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

b. Jurisprudência

STF. **ADI 1.347 DF**. Relator: Ministro Celso de Mello. Disponível em:<
<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14703581/medida-cautelar-na-acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-1347-df>> Acesso em: fev. 2019.

STF. **ADI 3.446**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Disponível em:<
<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2282474>> Acesso em: ago. 2019.

STF. **ADI 5.326/DF**. Relator: Ministro Marco Aurélio Mello. Disponível em:<
<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4781750>> Acesso em: jun. 2018.

STF. **ADI nº 6.057**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Disponível em:<
<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5616484>> Acesso em: fev. 2019.

STF. **ADI 6121/DF**. Relator: Ministro Marco Aurélio Mello. Disponível em:<
<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5678906>> Acesso em: jun. 2019.

STF. **ADPF nº 561**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Disponível em:<
<https://static.poder360.com.br/2019/01/Decisa%CC%83o-Presidente-ADPF561.pdf>> Acesso em: fev. 2019.

STF. **ADPF nº 562**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Disponível em:<
<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5618021>> Acesso em: fev. 2019.

STF. **RE 80.004-SE**. Relator: Ministro Xavier de Albuquerque. Disponível em:<
<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=175365>> Acesso em: fev. 2019.

STF. **RE 466.343-1 SP.** Relator: Ministro Cezar Peluso. Disponível em:<
<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595444>> Acesso
 em: fev. 2019.

c. Legislação e Recomendação

BRASIL. **Código Criminal do Império do Brasil** (1830). Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm> Acesso em: ago.
 2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (1934). Disponível
 em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm> Acesso em:
 ago. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1967). Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm> Acesso em: ago.
 2017.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** (1946). Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm> Acesso em: ago.
 2017.

BRASIL. **Decreto nº 1.313/1891.** Disponível em:<
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: ago. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 17.943-A/1927.** Disponível em:<
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: ago. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 22.042/1932.** Disponível em:<
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22042-3-novembro-1932-499365-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: ago. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3.616/1941.** Disponível em:<
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3616-13-setembro-1941-413842-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: ago 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3597/2000.** Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3597.htm> Acesso em: jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 4.134/2002.** Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4134.htm> Acesso em: jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.598/2005.** Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm> Acesso
 em: jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 8.894, de 3 de novembro de 2016.** Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8894.htm> Acesso
 em: fev. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 847/1890.** Disponível em:<
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: ago. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.113/ 2017.** Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9113.htm> Acesso
 em: fev. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 99.710/1990.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm> Acesso em: jan.
 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.579/2018.** Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9579.htm> Acesso
 em: nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.759/2019.** Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm> Acesso
 em: jun. 2019.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 102, de 28 de março de 2013.** Disponível em:<
http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGaos/MTE/In_Norm/IN_102_13.html> Acesso
 em: fev. 2018.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 110/2014.** Disponível em:<
<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=273357>> Acesso em: fev. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.097/2000.** Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm> Acesso em: jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.527/2011.** Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm> Acesso em:
 fev. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.852/2013.** Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm> Acesso em:
 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.420/2017.** Disponível em:<
[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13420.htm#art3.>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13420.htm#art3.) Acesso
 em: jan. 2018.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870/2019.** Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm> Acesso
 em: fev. 2019.

BRASIL. **Portaria nº1151, de 30 de outubro de 2017.** Disponível em:< <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/Institucional/portaria-1515-ri-srtb-uf.pdf>> Acesso em: fev. 2018.

CONANDA. **Resolução 113/2006.** Disponível em:< http://www.crpasp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd/pdfs/Res_113_CONANDA.pdf> Acesso em: jan. 2018.

CSJT. **Ato nº 419/CSJT.** Disponível em:< https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/34480/2013_ato0419_csjt.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: jan. 2018.

CSJT. **Ato nº 63/CSJT.** Disponível em:< https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/81593/2016_ato0063_csjt.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: jan. 2018.

CSJT. **Ato nº 99/CSJT.GP.SG.** Disponível em:< https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/25437/2012_ato0099_csjt.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: jan. 2018.

DARTMOUTH. **Working Conditions: The Health and Morals of Apprentices Act, 1802.** Disponível em:< <http://www1.umassd.edu/ir/resources/workingconditions/>> Acesso em: ago. 2017.

MTE. **Portaria nº 365/2002.** Disponível em:< http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGaos/MTE/Portaria/P365_02.htm> Acesso em: jan. 2018.

OIT. **Convenção 138.** Disponível em:< http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/pfdc/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/crianca-e-adolescente/convencao_OIT_138_idade_emprego.pdf> Acesso em: mar. 2018.

OIT. **Convenção 182.** Disponível em:< <http://www.oitbrasil.org.br/node/518>> Acesso em: mar. 2018.

OIT. **Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho.** Disponível em:< http://www.ilo.org/public/english/standards/declaration/declaration_portuguese.pdf> Acesso em: jan. 2018.

OIT. **Recomendação 190.** Disponível em:< <http://www.tst.jus.br/documents/2237892/0/Recomenda%C3%A7%C3%A3o+190+da+OIT+sobre+Proibi%C3%A7%C3%A3o+e+a%C3%A7%C3%A3o+imediata+para+a+elimina%C3%A7%C3%A3o+das+piores+formas+de+trabalho+infantil>> Acesso em: set. 2018.

Recomendação Conjunta nº 01/2014- MT. Disponível em:< http://www.tjmt.jus.br/intranet.arq/cms/grupopaginas/97/959/Recomendacao_Conjunta_01-2014.pdf> Acesso em: jan. 2018.

Recomendação Conjunta nº 01/2014- SP. Disponível em:<
http://portal.trt15.jus.br/documents/2225749/2249473/recomendacao_conjunta.pdf/3d885795-b911-48c5-ba06-6bb9695a5883> Acesso em: jan. 2018.

TRT 2. Ato GP nº 19/2013. Disponível em:<
http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/Normas_Presid/Atos/2013/GP_19_13.html> Acesso em: mar. 2019.

TRT 2. Ato GP nº 24/2014. Disponível em:<
http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/Normas_Presid/Atos/2014/GP_24_14.html> Acesso em: mar. 2019.

TRT 2. Ato GP nº 07/2018. Disponível em:<
http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/Normas_Presid/Atos/2018/GP_07_18.html> Acesso em: mar. 2019.

TRT 2. Ato GP nº 55/2018. Disponível em:<
http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/Normas_Presid/Atos/2018/GP_55_18.html> Acesso em: mar. 2019.

TRT 2. Portaria GP nº 86/2013. Disponível em:<
http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/Normas_Presid/Portarias/2013/GP_86_13.html> Acesso em: mar. 2019.

TRT 2. Portaria GP nº 80/2018. Disponível em:<
http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/Normas_Presid/Portarias/2018/GP_80_18.html> Acesso em: mar. 2019.

TRT 2. Portaria GP nº 01/2019. Disponível em:<
http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/Normas_Presid/Portarias/2019/GP_01_19.html> Acesso em: mar. 2019.

TRT 2. Provimento GP/CR nº 07/2014. Disponível em:<
http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/Normas_Presid/Provimentos/2014/GPCR_7_14.html> Acesso em: mar. 2019.

TRT 2. Provimento GP nº 03/2018. Disponível em:<
http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/Normas_Presid/Provimentos/2018/GPCR_03_18.html> Acesso em: mar. 2019.

TRT 15. Portaria GP nº 22/2014. Disponível em:<
http://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/portarias-2014/-/asset_publisher/TEoAX7vIUICH/content/portaria-gp-n-22-2014-*-*;jsessionid=58F7B2B6356FE30EC9FB83ACC880EC22.lr2> Acesso em: jun. 2018.

TRT 15. Portaria GP nº 71/2014. Disponível em:<
http://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/portarias-2014/-/asset_publisher/TEoAX7vIUICH/content/portaria-gp-n-71-2014> Acesso em: jun. 2018.

TRT 15. **Portaria GP nº 001/2015.** Disponível em:<
http://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/portarias-2015/-/asset_publisher/TEoAX7vIUICH/content/portaria-gp-n-01-2015;jsessionid=177BF4CDD00E1776B82DC1EFD6DA5AA2.lr2> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. **Portaria GP nº 13/2015.** Disponível em:<
http://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/portarias-2015/-/asset_publisher/TEoAX7vIUICH/content/portaria-gp-n-13-2015;jsessionid=954A574C533E62BE08AF4CC9CB15419A.lr1> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. **Portaria GP nº 14/2015.** Disponível em:<
http://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/portarias-2015/-/asset_publisher/TEoAX7vIUICH/content/portaria-gp-n-14-2015;jsessionid=49A5A6298A9C267360C5D107EE05EFDE.lr1> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. **Portaria GP nº 24/2015.** Disponível em:<
http://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/portarias-2015/-/asset_publisher/TEoAX7vIUICH/content/portaria-gp-n-24-2015;jsessionid=20A04B3AB70F5CAF4F7D8145157C0A4F.lr1> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. **Portaria GP nº 33/2015.** Disponível em:<
http://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/portarias-2015/-/asset_publisher/TEoAX7vIUICH/content/portaria-gp-n-33-2015;jsessionid=D0F0EC4544E12CF1628161C711028F49.lr2> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. **Portaria GP nº 46/2015.** Disponível em:<
https://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/portarias-2015/-/asset_publisher/TEoAX7vIUICH/content/portaria-gp-n-46-2015?redirect=https%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Fweb%2Fpresidencia%2Fportarias-2015%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-2%26p_p_col_count%3D5%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_advancedSearch%3Dfalse%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_keywords%3D%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_delta%3D3%26p_r_p_564233524_resetCur%3Dfalse%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_cur%3D13%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_andOperator%3Dtrue> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. **Portaria GP nº 61/2015.** Disponível em:<
http://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/portarias-2015/-/asset_publisher/TEoAX7vIUICH/content/portaria-gp-n-61-2015;jsessionid=B98A81BA6D42299F072BD39D9A3970E6.lr2> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. **Portaria GP nº 74/2015.** Disponível em:<
http://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/portarias-2015/-/asset_publisher/TEoAX7vIUICH/content/portaria-gp-n-74-2015/pop_up;jsessionid=6DE2B530DD45F2CF83FF6CC162DE2D26.lr2?controlPanelCategory=portlet_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH&_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_viewMode=print> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. **Portaria GP nº 004/2016.** Disponível em:<
https://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/portarias-2016/-/asset_publisher/TEoAX7vIUICH/content/portaria-gp-n-004-2016?redirect=https%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Fweb%2Fpresidencia%2Fportarias-2016%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-2%26p_p_col_count%3D5%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_advancedSearch%3Dfalse%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_keywords%3D%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_delta%3D3%26p_r_p_564233524_resetCur%3Dfalse%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_cur%3D9%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_andOperator%3Dtrue> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. **Portaria GP nº 11/2016.** Disponível em:<
http://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/portarias-2016/-/asset_publisher/TEoAX7vIUICH/content/portaria-gp-n-011-2016?redirect=http%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Fweb%2Fpresidencia%2Fportarias-2016%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-2%26p_p_col_count%3D5%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_advancedSearch%3Dfalse%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_keywords%3D%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_delta%3D3%26p_r_p_564233524_resetCur%3Dfalse%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_cur%3D7%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_andOperator%3Dtrue> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. **Portaria GP nº 13/2016.** Disponível em:<
http://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/portarias-2016/-/asset_publisher/TEoAX7vIUICH/content/portaria-gp-n-013-2016;jsessionid=5A84A8915E8C46E7B711B9A7322B6B1F.lr2?redirect=http%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Fweb%2Fpresidencia%2Fportarias-2016%3Bjsessionid%3D5A84A8915E8C46E7B711B9A7322B6B1F.lr2%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-2%26p_p_col_count%3D5%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_advancedSearch%3Dfalse%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_keywords%3D%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_delta%3D3%26p_r_p_564233524_resetCur%3Dfalse%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_cur%3D6%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_andOperator%3Dtrue> Acesso em: jun. 2018.

TRT 15. **Portaria GP nº 32/2016.** Disponível em:<
https://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/portarias-2016/-/asset_publisher/TEoAX7vIUICH/content/portaria-gp-n-032-2016?redirect=https%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Fweb%2Fpresidencia%2Fportarias-2016%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-2%26p_p_col_count%3D5%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_advancedSearch%3Dfalse%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_keywords%3D%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_delta%3D3%26p_r_p_564233524_resetCur%3Dfalse%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_cur%3D2%26_101_INSTANCE_TEOAX7vIUICH_andOperator%3Dtrue> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. **Provimento GP nº 6/2015.** Disponível em:< http://portal.trt15.jus.br/web/corregedoria/provimentos-de-2015/-/asset_publisher/zm9rCi2kErfN/content/provimento-gp-cr-n-06-2015/10165;jsessionId=3A9E010D2ADD24CB6504C0E49BB8D166.lrl> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. **Resolução Administrativa nº 03/2010.** Disponível em:< <https://portal.trt15.jus.br/web/guest/421>> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. **Resolução Administrativa nº 14/ 2014.** Disponível em:< http://portal.trt15.jus.br/web/presidencia/resolucoes-administrativas-2014/-/asset_publisher/2zIYYIHmA53n/content/resolucao-administrativa-n-14-2014?redirect=http%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Fweb%2Fpresidencia%2Fresolucoes-administrativas-2014%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_2zIYYIHmA53n%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-2%26p_p_col_count%3D1> Acesso em: mar. 2018.

d. Notícias

AGÊNCIA BRASIL. **Senado aprova MP da reforma administrativa; texto segue para a sanção.** Disponível em:< <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-05/senado-aprova-mp-da-reforma-administrativa-texto-segue-para-sancao>> Acesso em: jun. 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **STF limita decreto do governo que extingue conselhos federais.** Disponível em:< <http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-06/stf-limita-decreto-do-governo-que-extingue-conselhos-federais>> Acesso em: jun. 2019.

ANAMATRA. **Fórum defende competência da Justiça do Trabalho para apreciar casos de autorização do trabalho infantil.** Disponível em:< <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/22308-forum-defende-competencia-da-justica-do-trabalho-para-apreciar-casos-de-autorizacao-do-trabalho-infantil>> Acesso em: jun. 2018.

CBN. **Plano municipal de erradicação do trabalho infantil é apresentado em Campinas e busca participação popular.** Disponível em:< <https://www.portalcbncampinas.com.br/2017/04/plano-municipal-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-e-apresentado-em-campinas-e-busca-participacao-popular/>> Acesso em: fev. 2019.

CNMP. **Comissão de aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público na área da infância e juventude.** Disponível em:< http://www.cnmp.gov.br/portal/images/stories/Noticias/2012/Arquivos/Programacao_seminario_trabalho_infantil.pdf> Acesso em: jan. 2018.

CONJUR. **Judiciário não pode controlar fotos de crianças em revistas, decide Rosa Weber.** Disponível em:< <https://www.conjur.com.br/2016-jul-13/judiciario-nao-controlar-fotos-criancas-revistas>> Acesso em: mar. 2019.

ENAMAT. **Formação inicial.** Disponível em:< http://www.enamat.jus.br/?page_id=959> Acesso em: abr. 2019.

ÉPOCA. **Para procuradores, fim da Pasta do Trabalho é ‘volta ao Brasil de 1920’.** Disponível em:< <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/11/epoca-negocios-para-procuradores-fim-da-pasta-do-trabalho-e-volta-ao-brasil-de-1920.html>> Acesso em; ago. 2019.

FNPETI, Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. **Dados do PNAD de 2013 relevam tímida redução do trabalho infantil.** Disponível em:< <http://www.fnpeti.org.br/noticia/1416-dados-da-pnad-de-2013-revelam-timida-reducao-do-trabalho-infantil.html>> Acesso em: mar. 2018.

FNPETI, Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. **Nota explicativa sobre os dados de trabalho infantil da PNAD Contínua 2016.** Disponível em:< <http://www.fnpeti.org.br/noticia/1840-nota-explicativa-sobre-os-dados-de-trabalho-infantil-da-pnad-continua-2016.html>> Acesso em: mai. 2019.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Franca (SP) assina Acordo Setorial para erradicar trabalho infantil.** Disponível em:< <https://www.fadc.org.br/noticias/431-franca-sp-assina-acordo-setorial-para-erradicar-trabalho-infantil.html>> Acesso em: jul. 2018.

FUNDAÇÃO CASA. **Jovens dos CASAs Araçá e Araçatuba conquistam estágios.** Disponível em:< <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?title=jovens-dos-casas-ara%C3%A7%C3%A1-e-ara%C3%A7atuba-conquistam-est%C3%A1gios-remunerados&d=10481>> Acesso em: fev. 2019.

G1. **Trabalho infantil aumenta no Estado de São Paulo, diz IBGE.** Disponível em:< <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/04/trabalho-infantil-aumenta-no-estado-de-sao-paulo-diz-ibge.html>> Acesso em: mar. 2018.

G1. **Onyx reafirma divisão da pasta do Trabalho no governo Bolsonaro; ministério critica mudança.** Disponível em:< <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/03/onyx-reafirma-divisao-da-pasta-do-trabalho-no-governo-bolsonaro-ministerio-critica-a-mudanca.ghtml>> Acesso em: fev. 2019.

MPPR. **Conclusões dos grupos de trabalho do I Encontro Nacional sobre Trabalho Infantil.** Disponível em:< <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1134>> Acesso em: jan. 2018.

MTE. **MTE lança Sistema de informações sobre o trabalho infantil.** Disponível em:< <https://mte.jusbrasil.com.br/noticias/23253/mte-lanca-sistema-de-informacoes-sobre-o-trabalho-infantil>> Acesso em: jan. 2018.

O GLOBO. **População ocupada tem queda recorde, e IBGE vê desalento.** Disponível em:< <https://oglobo.globo.com/economia/populacao-ocupada-tem-queda-recorde-ibge-ve-desalento-20558118>> Acesso em: fev. 2018.

ONU. **17 objetivos para transformar nosso mundo.** Disponível em:< <https://nacoesunidas.org/pos2015/>> Acesso em: jan. 2018.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. **Agências, Gerências e Superintendências de atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego.** Disponível em:< <http://dados.gov.br/dataset/agencias-gerencias-e-superintendencias-de-atendimento-do-ministerio-do-trabalho-e-emprego>> Acesso em: fev. 2018.

Rede Brasil Atual. **Acidentes de trabalho atingem 8 mil crianças e adolescentes em SP desde 2006.** Disponível em:< <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/10/acidentes-de-trabalho-atingem-8-mil-criancas-e-adolescentes-em-sp-desde-2006-9778.html>> Acesso em: jun. 2018.

REDE PETECA. **Auditor Fiscal do Trabalho.** Disponível em:< <http://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/quem-atua/auditor-fiscal-do-trabalho/>> Acesso em: fev. 2018.

REDE PETECA. **Cortes em ministérios ameaçam fiscalização do trabalho infantil, diz jornal.** Disponível em:< <http://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/noticias/materias/cortes-no-ministerio-do-trabalho-ameacam-fiscalizacao-do-trabalho-infantil-diz-jornal/>> Acesso em: fev. 2018.

REPORTÉR BRASIL. **Número de fiscais do trabalho despenca e MPT aciona Justiça para garantir contratações.** Disponível em:< <http://reporterbrasil.org.br/2014/06/numero-de-fiscais-do-trabalho-despenca-e-mpt-aciona-justica-para-garantir-contratacoes/>> Acesso em: fev. 2018.

SINAIT. **Atuação da fiscalização trabalhista reduz as autorizações judiciais de trabalho concedidas a menores.** Disponível em:< <https://www.sinait.org.br/site/noticia-view?id=6326%2Fatuacao-da-fiscalizacao-trabalhista-reduz-as-autorizacoes-judiciais-de-trabalho-concedidas-a-menores>> Acesso em: jan. 2018.

SINAIT. **Concurso para Auditor-Fiscal do Trabalho é questão urgente para o país e o trabalhador.** Disponível em:< <https://sinait.org.br/site/noticia-view?id=15373/concurso%20para%20auditor-fiscal%20do%20trabalho%20e%20questao%20urgente%20para%20o%20pais%20e%20o%20trabalhador>> Acesso em: fev. 2018.

STF. **Supremo suspende regra de decreto presidencial que extingue conselhos federais previstos em lei.** Disponível em:< <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=413987>> Acesso em: jun. 2019.

STF. **Suspensão julgamento sobre validade de normas que extinguem conselhos da administração pública federal.** Disponível em:< <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=413877>> Acesso em: jun. 2019.

TRT 15. **Ações de combate ao trabalho infantil realizadas pelo TRT 15 são apresentadas no Fórum Global da Criança, na Suécia.** Disponível em:<

http://portal.trt15.jus.br/-/acoes-de-combate-ao-trabalho-infantil-realizadas-pelo-trt-15-sao-apresentadas-no-forum-global-da-crianca-na-suecia?redirect=http%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Ftrt15%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_groupId%3D0%26_3_keywords%3Dsu%25C3%25A9cia%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252F> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. Cerca de 120 empresas da região de Rio Preto participam de audiência pública sobre aprendizagem. Disponível em:< https://portal.trt15.jus.br/noticias/-/asset_publisher/Ny36/content/cerca-de-120-empresas-da-regiao-de-rio-preto-participam-de-audiencia-publica-sobre-aprendizagem;jsessionid=60C707FD3097035EA4E138486AB8407F.lrl?_101_INSTANCE_Ny36_redirect=https%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Fnoticias%3Bjsessionid%3D089AEE1ED5BFDFA7FAD920873B90164.lrl%26p_p_id%3D101_INSTANCE_Ny36%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_101_INSTANCE_Ny36_advancedSearch%3Dfalse%26_101_INSTANCE_Ny36_keywords%3D%26_101_INSTANCE_Ny36_delta%3D3%26p_r_p_564233524_resetCur%3Dfalse%26_101_INSTANCE_Ny36_cur%3D64%26_101_INSTANCE_Ny36_andOperator%3Dtrue> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. Décima quinta participa de fórum sobre trabalho seguro e aprendizagem em Ribeirão Preto. Disponível em:< <http://portal.trt15.jus.br/-/decima-quinta-participa-de-forum-sobre-trabalho-seguro-e-aprendizagem-em-ribeirao-preto>> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. Fórum discute defesa dos direitos das crianças e adolescentes da região metropolitana de Sorocaba. Disponível em:< <http://portal.trt15.jus.br/web/trabalho infantil/-/forum-discute-defesa-dos-direitos-das-criancas-e-adolescentes-da-regiao-metropolitana-de-sorocaba>> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. Grupo de 150 professores e diretores participa de capacitação oferecida pelo Programa Trabalho, Justiça e Cidadania em Sorocaba. Disponível em:< http://portal.trt15.jus.br/-/grupo-de-150-professores-e-diretores-participa-de-capacitacao-oferecida-pelo-programa-trabalho-justica-e-cidadania-em-sorocaba?redirect=http%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Ftrt15%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_groupId%3D0%26_3_keywords%3Dsorocaba%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252F> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. JEIA de Bauru promove fórum sobre aprendizagem social. Disponível em:< http://portal.trt15.jus.br/-/jeia-de-bauru-promove-forum-sobre-aprendizagem-social?redirect=http%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Ftrt15%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_groupId%3D0%26_3_keywords%3Daprendizagem%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252Ftrt15> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. Leitura da Carta de Aparecida pela Eliminação do Trabalho Infantil encerra semana da criança do Santuário Nacional. Disponível em:< http://portal.trt15.jus.br/-/leitura-da-carta-de-aparecida-pela-eliminacao-do-trabalho-infantil-encerra-semana-da-crianca-no-santuاريو-nacional?redirect=http%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Ftrt15%3Fp_p_id%3D3%26p_p

_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_advancedSearch%3Dfalse%26_3_groupId%3D0%26_3_keywords%3Dcomit%25C3%25AA%2520erradica%25C3%25A7%25C3%25A3o%2Btrabalho%2Binfantil%26_3_delta%3D20%26_3_resetCur%3Dfalse%26_3_cur%3D2%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_format%3D%26_3_andOperator%3Dtrue> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. Santuário de Aparecida assina carta de intenções pela erradicação do trabalho infantil. Disponível

em:<http://portal.trt15.jus.br/1612?p_p_auth=3FduQqQ5&p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=2822165&_101_type=content&_101_urlTitle=santuario-de-aparecida-assina-carta-de-intencoes-pela-erradicacao-do-trabalho-infantil&redirect=http%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Ftrt15%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_advancedSearch%3Dfalse%26_3_groupId%3D0%26_3_keywords%3Dcomit%25C3%25AA%2520erradica%25C3%25A7%25C3%25A3o%2Btrabalho%2Binfantil%26_3_delta%3D20%26_3_resetCur%3Dfalse%26_3_cur%3D3%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_format%3D%26_3_andOperator%3Dtrue> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. Semana da criança em Aparecida dissemina informações sobre o combate ao trabalho infantil. Disponível

em:< http://portal.trt15.jus.br/-/semana-da-crianca-em-aparecida-dissemina-informacoes-sobre-o-combate-ao-trabalho-infantil?redirect=http%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Ftrt15%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_groupId%3D0%26_3_keywords%3Dcomit%25C3%25AA%2520erradica%25C3%25A7%25C3%25A3o%2Btrabalho%2Binfantil%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252F> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. Papa Francisco envia mensagem de apoio à campanha de Aparecida contra o trabalho infantil. Disponível

em:< http://portal.trt15.jus.br/noticias/-/asset_publisher/Ny36/content/papa-francisco-envia-mensagem-de-apoio-a-campanha-de-aparecida-contra-o-trabalho-infantil?redirect=http%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Fnoticias%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_Ny36%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-2%26p_p_col_count%3D2> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. Parceria entre TRT 15, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho leva audiência pública a Fernandópolis para estimular a contratação de aprendizes. Disponível

em:< http://portal.trt15.jus.br/1612?p_p_auth=4KSQXFzc&p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=2847970&_101_type=content&_101_urlTitle=parceria-entre-trt-15-ministerio-publico-do-trabalho-e-ministerio-do-trabalho-leva-audiencia-publica-a-fernandopolis-para-estimular-a-contratacao-de-a&redirect=http%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Ftrt15%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_groupId%3D0%26_3_keywords%3Dfernand%25C3%25B3polis%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252Ftrt15> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. TRT 15 apresenta iniciativas de combate ao trabalho infantil em capacitação de professores em Aparecida e Potim. Disponível em:< http://portal.trt15.jus.br/-/trt-15-apresenta-iniciativas-de-combate-ao-trabalho-infantil-em-capacitacao-de-professores-de-aparecida-e-potim?redirect=http%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Fmais-noticias%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_groupId%3D0%26_3_keywords%3Dcapacita%25C3%25A7%25C3%25A3o%2Bprofessores%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252Fmais-noticias%253Fp_p_id%253D3%2526p_p_lifecycle%253D0%2526p_p_state%253Dmaximized%2526p_p_mode%253Dview%2526_3_struts_action%253D%25252Fsearch%25252Fsearch%2526_3_redirect%253D%25252Fmais-noticias%25253Fp_p_id%25253D3%252526p_p_lifecycle%25253D0%252526p_p_state%25253Dmaximized%252526p_p_mode%25253Dview%252526_3_struts_action%25253D%2525252Fsearch%2525252Fsearch%252526_3_redirect%25253D%2525252Fmais-noticias%2525253Fp_p_id%2525253D3%25252526p_p_lifecycle%2525253D0%25252526p_p_state%252525253Dmaximized%25252526p_p_mode%252525253Dview%25252526_3_struts_action%252525253D%252525252Fsearch%252525252Fsearch%25252526_3_redirect%2525253D%252525252Fmais-noticias%252525253Fp_p_id%252525253D3%2525252526p_p_lifecycle%252525253D0%2525252526p_p_state%25252525253Dmaximized%2525252526p_p_mode%25252525253Dview%2525252526_3_struts_action%25252525253D%25252525252Fsearch%25252525252Fsearch%2525252526_3_redirect%252525253D%25252525252Fmais-noticias%2525252525252F-%2525252525252Fasset_publisher%2525252525252FVIG0%2525252525252Fcontent%2525252525252Faudiencia-publica-nesta-quarta-feira-busca-ampliar-vagas-de-aprendizagem-em-campinas%2525252525253Bjsessionid%2525252525253DE5E3BA6E365E616F2FD7928FC0A615CE.lr1%252525252526_3_keywords%2525252525253Daprendizagem%252525252526_3_groupId%2525252525253D0%252525252526_3_keywords%25252525253DAparecida%2525252526_3_groupId%252525253D0%25252526_3_keywords%2525253DF%25252525C3%25252525B3rum%2525252Bregional%2525252Bde%2525252Baprendizagem%252

52526_3_groupId%2525253D0%252526_3_keywords%25253Dvale%25252Bdo%25252Bparaiba%252526_3_groupId%25253D0%2526_3_keywords%253Daparecida%2526_3_groupId%253D0 > Acesso em: fev. 2019.

TRT15. TRT-15, MPT-15 e Santuário Nacional iniciam semana da criança em Aparecida com missa e alerta sobre o trabalho infantil. Disponível em:< http://portal.trt15.jus.br/-/trt-15-mpt-15-e-santuario-nacional-iniciam-semana-da-crianca-em-aparecida-com-missa-e-alerta-sobre-o-trabalho-infantil?redirect=http%3A%2F%2Fportal.trt15.jus.br%2Ftrt15%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_advancedSearch%3Dfalse%26_3_groupId%3D0%26_3_keywords%3Dcomit%25C3%25AA%2520erradica%25C3%25A7%25C3%25A3o%2Btrabalho%2Binfantil%26_3_delta%3D20%26_3_resetCur%3Dfalse%26_3_cur%3D2%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_format%3D%26_3_andOperator%3Dtrue> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. TRT e MPT firmam parceria para implementar o Projeto Cidadão Aprendiz, voltado a jovens e adolescentes em vulnerabilidade socioeconômica. Disponível em:< <http://portal.trt15.jus.br/web/trabalho infantil/-/trt-e-mpt-firmam-parceria-para-implementar-o-projeto-cidadao-aprendiz-voltado-a-jovens-e-adolescentes-em-vulnerabilidade-socioeconomica>> Acesso em: fev. 2019.

TRT 15. TRT eterniza mensagem do Papa Francisco de combate ao trabalho infantil. Disponível em:< <http://portal.trt15.jus.br/-/trt-eterniza-mensagem-do-papa-francisco-de-combate-ao-trabalho-infantil>> Acesso em: fev. 2019.

TST. “A cultura que aceita o trabalho infantil é o maior entrave do combate ao problema”, afirma ministra do TST em Seminário da Escola Judicial do TRT-RS. Disponível em:< http://www.tst.jus.br/web/trabalho-infantil/noticias/-/asset_publisher/ry7Y/content/-a-cultura-que-aceita-o-trabalho-infantil-e-o-maior-entrave-do-combate-ao-problema-afirma-ministra-do-tst-em-seminario-na-escola-judicial-do-trt-rs> Acesso em: jan. 2019.

TST. Seminário Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho. Disponível em:< <http://www.tst.jus.br/en/web/trabalho-infantil/inicio>> Acesso em: jan. 2018.

VEJA. Câmara aprova MP da reforma dos Ministérios de Bolsonaro. Disponível em:< <https://veja.abril.com.br/politica/camara-aprova-mp-da-reforma-dos-ministerios-de-bolsonaro/>> Acesso em: jun. 2019.

e. Relatórios

CONAETI. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Disponível em:< http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/ipecc/pub/plan-prevencao-trabalho infantil-web_758.pdf> Acesso em: mar. 2018.

CNJ. Justiça em números- 2018. Disponível em:< <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/08/44b7368ec6f888b383f6c3de40c32167.pdf>> Acesso em: fev. 2019.

DOL. Child Labor Report. Disponível em:< <https://www.dol.gov/sites/default/files/documents/ilab/reports/child-labor/findings/2014TDA/brazil.pdf>> Acesso em: mar. 2018.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2017. Disponível em:< <http://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Cenario-2017-PDF.pdf>> Acesso em: fev. 2018.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Cenário da infância e adolescência no Brasil 2016. Disponível em:< http://www.seloamazonia.org.br/upload/arq_arquivo/2016/04/3349.pdf> Acesso em: mar. 2018.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores de 2014. Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>> Acesso em: mar.. 2018.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores de 2015. Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>> Acesso em: mar. 2018.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:2016. Disponível em:< https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388_informativo.pdf> Acesso em: mai. 2019.

ILO. Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations. Disponível em:<<https://www.ilo.org/global/standards/applying-and-promoting-international-labour-standards/committee-of-experts-on-the-application-of-conventions-and-recommendations/lang--en/index.htm>> Acesso em: mar, 2019.

ILO. Report of the Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations: 2008. Disponível em :< [https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661\(2008-97-1A\).pdf](https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661(2008-97-1A).pdf)> Acesso em: mar. 2019.

ILO. Report of the Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations: 2010. Disponível em :<[https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661\(2010-99-1A\).pdf](https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661(2010-99-1A).pdf)>Acesso em: abr. 2019.

ILO. Report of the Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations: 2012.. Disponível em:<[https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661\(2012-101-1A\).pdf](https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09661/09661(2012-101-1A).pdf)>Acesso em: abr. 2019.

OIT. Análise e recomendações para a melhor regulamentação e cumprimento da normativa nacional e internacional sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. Disponível em:< http://white.lim.ilo.org/ippec/documentos/brasil_171.pdf> Acesso em: jul. 2018.

OIT. **Boletim:** Bauru. Disponível em:< <http://www.bsb.ilo.org/simtd/download/350600>> Acesso em: fev. 2019.

OIT. **Boletim:** Campinas. Disponível em:< <http://www.bsb.ilo.org/simtd/download/350950>> Acesso em: fev. 2019.

OIT. **Boletim:** Fernandópolis. Disponível em:< <http://www.bsb.ilo.org/simtd/download/351550>> Acesso em: fev. 2019.

OIT. **Boletim:** Franca. Disponível em:< <http://www.bsb.ilo.org/simtd/download/351620>> Acesso em: jun. 2018.

OIT. **Boletim:** Presidente Prudente. Disponível em:< <http://www.bsb.ilo.org/simtd/download/354140>> Acesso em: fev. 2019.

OIT. **Boletim:** Ribeirão Preto. Disponível em:< <http://www.bsb.ilo.org/simtd/download/354340>> Acesso em: fev. 2019.

OIT. **Boletim:** São José do Rio Preto. Disponível em:< <http://www.bsb.ilo.org/simtd/download/354980>> Acesso em: fev. 2019.

OIT. **Boletim:** São José dos Campos. Disponível em:< <http://www.bsb.ilo.org/simtd/download/354990>> Acesso em: fev. 2019.

OIT. **Boletim:** Sorocaba. Disponível em:< <http://www.bsb.ilo.org/simtd/download/355220>> Acesso em: fev. 2019.

OIT. **Diagnóstico Intersetorial Municipal:** desenvolvimento das ações estratégicas Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI- Franca. Disponível em:< <http://www.bsb.ilo.org/dimbr/download/351620>> Acesso em: mai. 2019.

OIT. **Promovendo o trabalho decente.** Disponível em:< <http://www.bsb.ilo.org/simtd/>> Acesso em: mar. 2018.

OIT. **Relatório Mundial sobre o Trabalho Infantil.** Disponível em:< www.ilo.org/ipecinfo/product/download.do?type=document&id=23795> Acesso em: jul. 2018.

OIT. **Trabalho Decente nas Américas:** Uma agenda Hemisférica, 2006-2015. Disponível em:< http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/agenda_hemisferica_303.pdf> Acesso em: mar. 2018.

TST. **Carta de Brasília pela erradicação do trabalho infantil.** Disponível em:< <http://www.tst.jus.br/documents/10157/614d8803-2466-4408-9fcc-d82ad49a451d>> Acesso em: jan. 2018.

TST. **Planejamento estratégico do Conselho Superior da Justiça do Trabalho 2015-2020.** Disponível em:< <http://www.tst.jus.br/en/web/trabalho-infantil/planejamento-estrategico>> Acesso em: jan. 2018.

ANEXOS

ANEXO A- Taxa de Evasão Escolar no período de 2007/ 2012

Ano	Abrangência	Localização	Dependência Administrativa	Taxa de Evasão															
				Ensino Fundamental												Ensino Médio			
				Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª série	2ª série	3ª série
2007/2008	Brasil	Total	Total	5,3	3,5	7,5	2,3	3,6	3,0	3,3	4,6	6,9	6,6	6,8	10,2	14,5	16,7	15,1	10,1
2007/2008	Brasil	Rural	Total	8,4	6,9	11,9	3,7	6,7	5,8	6,6	10,2	10,7	10,2	10,7	18,5	17,0	20,2	18,4	9,5
2007/2008	Brasil	Urbana	Total	4,6	2,6	6,9	2,1	2,6	2,3	2,4	3,3	6,4	6,2	6,4	9,3	14,4	16,6	15,1	10,2

Ano	Abrangência	Localização	Dependência Administrativa	Taxa de Evasão															
				Ensino Fundamental												Ensino Médio			
				Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª série	2ª série	3ª série
2008/2009	Brasil	Total	Total	4,3	2,7	6,2	1,9	2,7	2,4	2,5	3,6	5,5	5,5	5,7	8,6	12,8	14,7	13,4	9,1
2008/2009	Brasil	Rural	Total	6,7	5,4	9,9	2,9	5,3	4,9	5,2	7,8	8,5	8,5	8,9	15,6	14,2	17,3	15,3	6,9
2008/2009	Brasil	Urbana	Total	3,8	2,0	5,8	1,6	2,0	1,8	1,8	2,6	5,0	5,2	5,4	7,9	12,8	14,6	13,3	9,2

Ano	Abrangência	Localização	Dependência Administrativa	Taxa de Evasão															
				Ensino Fundamental												Ensino Médio			
				Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª série	2ª série	3ª série
2009/2010	Brasil	Total	Total	4,1	2,6	6,1	2,0	2,5	2,4	2,5	3,5	5,6	5,2	5,6	8,2	12,6	14,7	13,3	8,7
2009/2010	Brasil	Rural	Total	6,6	5,1	9,8	3,1	4,9	4,6	5,0	7,4	8,5	8,2	8,7	15,3	14,3	17,2	15,8	7,4
2009/2010	Brasil	Urbana	Total	3,7	2,0	5,6	1,7	2,0	1,8	1,9	2,7	5,1	4,9	5,3	7,5	12,6	14,6	13,2	8,8

Ano	Abrangência	Localização	Dependência Administrativa	Taxa de Evasão															
				Ensino Fundamental												Ensino Médio			
				Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª série	2ª série	3ª série
2010/2011	Brasil	Total	Total	3,7	2,2	5,6	1,7	2,0	1,9	2,1	3,1	4,9	4,8	5,3	7,9	12,2	14,1	12,7	8,5
2010/2011	Brasil	Rural	Total	5,7	4,1	9,0	2,7	3,5	3,6	4,1	6,5	7,6	7,6	8,2	14,4	13,2	15,8	14,6	6,7
2010/2011	Brasil	Urbana	Total	3,4	1,7	5,2	1,4	1,6	1,5	1,6	2,4	4,5	4,5	5,0	7,2	12,2	14,0	12,6	8,5

Ano	Abrangência	Localização	Dependência Administrativa	Taxa de Evasão															
				Ensino Fundamental												Ensino Médio			
				Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª série	2ª série	3ª série
2011/2012	Brasil	Total	Total	3,4	1,9	5,3	1,5	1,6	1,8	1,8	2,9	4,6	4,5	5,0	7,4	11,8	13,8	12,1	8,3
2011/2012	Brasil	Rural	Total	5,4	3,8	8,6	2,5	2,9	3,3	3,8	6,1	7,3	7,1	7,8	13,8	12,9	15,3	14,1	7,3
2011/2012	Brasil	Urbana	Total	3,1	1,5	4,9	1,2	1,3	1,4	1,4	2,2	4,1	4,1	4,7	6,8	11,8	13,7	12,1	8,4

Ano	Abrangência	Localização	Dependência Administrativa	Taxa de Evasão															
				Ensino Fundamental												Ensino Médio			
				Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª série	2ª série	3ª série
2012/2013	Brasil	Total	Total	3,4	1,9	5,2	1,4	1,5	1,7	1,9	2,8	4,5	4,4	4,8	7,5	11,4	13,4	11,8	7,8
2012/2013	Brasil	Rural	Total	5,3	3,6	8,4	2,4	2,7	3,1	3,6	5,8	6,9	7,0	7,5	13,8	12,7	15,3	13,8	7,2
2012/2013	Brasil	Urbana	Total	3,1	1,5	4,9	1,2	1,2	1,3	1,5	2,2	4,1	4,2	4,4	6,8	11,3	13,3	11,8	7,8

ANEXO B- Termo de Afastamento

TERMO DE AFASTAMENTO DO TRABALHO

Razão Social/Empregador: _____
Nome fantasia: _____ CNPJ/CNPJ/CEI: _____
Endereço: _____ Tel.: _____

Nos termos do disposto no caput do artigo 407 da Consolidação das Leis do Trabalho e em face das atribuições nele previstas, DETERMINO ao Sr.(a) _____, na qualidade de _____ da empresa ou local de trabalho supra qualificado, que providencie, se necessário, o afastamento do trabalho das criança e/ou adolescentes relacionados abaixo, e efetue a quitação dos direitos trabalhistas oriundos da prestação de serviços, independentemente da natureza do trabalho desenvolvido.

O empregador/equiparado fica NOTIFICADO a comparecer no dia ____/____/____, às ____:____ na _____, situada no endereço _____, para efetuar, conforme acima determinado, o pagamento dos direitos trabalhistas devidos a criança e/ou adolescente, de acordo com o art. 9 da Instrução Normativa nº 102, de 2013.

Nome da Criança e/ou Adolescente	Data de Nascimento	Data de Admissão	Função	Jornada	Salário

O não cumprimento da DETERMINAÇÃO de mudança de função ou afastamento do trabalho poderá configurar crime de desobediência, conforme o art. 330 do Código Penal, importando também em autuações, na forma da legislação trabalhista, e reiterada ação fiscal no estabelecimento.

Recebi (uma) via em ____/____/____ Responsável pela empresa ou local de trabalho ou representante _____

Nome: _____
CPE: _____

_____/____/____
Assinatura-Fiscal do Trabalho

ANEXO C- Ficha de verificação física

FICHA DE VERIFICAÇÃO FÍSICA
Projeto de Combate ao Trabalho Infantil – SRTE/			
O preenchimento desta ficha é fundamental para os encaminhamentos das crianças e adolescentes à Rede de Proteção.			
DADOS DA AÇÃO FISCAL			
Município:		Data:	
AFT:		CIF:	
DADOS DO TRABALHADOR INFANTIL			
Nome:		Apelido:	
Data de Nascimento:		Sexo:	
Responsável Legal:		Telefone:	
Endereço:		Profissão:	
Participa de Programa de Transferência de Renda: ☐ Sim ☐ Não Qual?			
Escola em que estuda:		Turno:	
Nome do(a) Professor(a):		Série/Ano:	
INFORMAÇÕES SOBRE O TRABALHO			
Empregador/Equiparado:		CNPJ/CPF:	
Endereço do Empregador/Equiparado:			
Local de Trabalho:			
Data de Admissão:		Jornada de Trabalho:	
Remuneração:		Periodicidade do Pagamento:	
Atividade Econômica/CNAE:		Tipo de Ocupação:	
Atividade da "Lista TIP": ☐ Sim ☐ Não	Itens da Lista TIP:		
OBSERVAÇÕES			

ANEXO D- Fiscalizações por Município no Estado de São Paulo no período 2006-2017

Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base na coleta de dados no Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI)

ANEXO E- Modelo de formulário de autorização para o trabalho do Juizado Especial da Infância e Adolescência de Franca

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA O TRABALHO DO ADOLESCENTE:

NOME COMPLETO DO ADOLESCENTE:

RG:

CPF:

CTPS:

NOME DO

RESPONSÁVEL: _____

RG do responsável:

CPF do responsável:

Endereço da residência:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Telefone

Residencial:

Telefone

Celular:

ESCOLA em que o adolescente estuda:

SÉRIE ESCOLAR: _____

TURNO: _____

RENDА FАMILIAR:

R\$

MEMBROS DA FAMÍLIA (QUANTIDADE):

MOTIVOS DA SOLICITAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA O TRABALHO:

Empresa que ofereceu vaga de trabalho (juntar proposta de emprego):

Nome:

Endereço:

Franca, ____/____/____

Assinatura do pai ou responsável: _____

ANEXO F- Termo de Cooperação Técnica Interinstitucional firmado no município de Araçatuba

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERINSTITUCIONAL

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO – JUIZADO ESPECIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARAÇATUBA, O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE ARAÇATUBA, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ARAÇATUBA, O MINISTÉRIO DO TRABALHO – GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAÇATUBA, O MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, O SENAC – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL E A FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCATIVO AO ADOLESCENTE – FUNDAÇÃO CASA, COM A FINALIDADE DE PROMOVER AÇÕES CONJUNTAS VISANDO A OPORTUNIZAR FORMAÇÃO PROFISSIONAL, NA CONDIÇÃO DE JOVENS APRENDIZES DO PROJETO “CIDADÃO APRENDIZ”, A ADOLESCENTES E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO OU EM SEMILIBERDADE, QUE CUMPREM MEDIDA DE INTERNAÇÃO NA FUNDAÇÃO CASA, COMO TAMBÉM A EGRESSOS DO ALUDIDO CENTRO DE INTERNAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO JOVENS APRENDIZES DO PROJETO CIDADÃO APRENDIZ.

Aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, as partes doravante qualificadas celebram o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERINSTITUCIONAL**:

- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO –PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.989.715/0046-04, com sede na Rua Umbu nº 291, Alphaville Campinas Empresarial, Campinas - SP, neste ato representada por sua Procuradora-Chefe **MARIA STELA GUIMARÃES DE MARTIN**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 13.064.788-3 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 041.441.358-02, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 1.484, de 4 de setembro de 2017, publicada no DOU, Seção I, de 8 de setembro de 2017;

- **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, situado à Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas/SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.524/0001-03, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente Doutor **FERNANDO DA SILVA BORGES**;

- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no CNPJ sob o nº 01.468.760/0001-90, com sede na Rua Riachuelo, nº 115, Centro, CEP 01007-904 - São Paulo/SP, doravante denominado **MINISTÉRIO PÚBLICO**, neste ato representado pelo Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo, o Excelentíssimo Senhor Doutor **GIANPAOLO POGGIO SMANIO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.180.568-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 42.700.118-82;

- **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**, situado na Praça da Sé, s/n, Centro, CEP 01.018-010, São Paulo-SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.174.001/0001-93, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente Doutor **MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS**;

- **GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAÇATUBA**, situada na Av. João Arruda Brasil, 1626, Bairro São Joaquim, Araçatuba/SP, CEP 16050-400, CNPJ nº 37.115.367/0030-03, neste ato representado pelo Ilmo. Sr. Gerente Regional do Trabalho, **MARCOS ANTÔNIO FIGUEIREDO**;

- **FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP**, instituída pela Lei nº 185, de 12 de dezembro de 1973, com alterações que lhe foram introduzidas, com sede na Rua Florêncio de Abreu, n.º 848, Luz, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 44.480.283/0001-91, neste ato representado pelo senhor Secretário de Justiça da Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania, **MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA**, respondendo pelo expediente da FCASA-SP, e por seu Diretor Administrativo **FRANCISCO CARLOS ALVES**, nomeado nos termos da Portaria Administrativa nº 418/2009;

- **SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, situado à Avenida João Arruda Brasil, 500, Bairro São Joaquim, Araçatuba –SP, inscrito CNPJ:

03.709.814/0061-29, neste ato representado por sua gerente **MARLENE DOS SANTOS ZEQUIN**;

- **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, situado na Rua Coelho Neto, 73, CEP 16.015-920, Vila São Paulo, Araçatuba- SP, inscrito CNPJ: 45.511.847/0001-79, neste ato representado pelo Prefeito, o Excelentíssimo Senhor **DILADOR BORGES DAMASCENO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.758.697-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 111.389.126-20;

O presente termo é celebrado de comum acordo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO ACORDO

O presente Termo tem por objeto estabelecer entre os partícipes o compromisso de conjugar esforços com vistas a promover o desenvolvimento de estratégias e ações visando a oportunizar a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de acolhimento institucional, que cumprem medida socioeducativa em meio aberto ou em semiliberdade, que cumprem medida de internação na Fundação Casa, como também a egressos do aludido Centro de Internação, formação profissional como jovens aprendizes do Projeto CIDADÃO APRENDIZ.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS DO PROJETO

O Projeto CIDADÃO APRENDIZ busca desenvolver ações que contribuam para:

- (a) o desenvolvimento social e profissional dos adolescentes em situação descrita na cláusula primeira, com vistas a promover a inclusão social e auxiliar no aumento da renda familiar;
- (b) oportunizar formação técnica e prática para a profissionalização desses jovens;
- (c) promover a conscientização da sociedade com vistas à inclusão de adolescentes e jovens que cumprem ou cumpriram medidas socioeducativas;
- (d) o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos;
- (e) o rompimento de barreiras culturais que dificultam a efetivação dos direitos destes adolescentes e jovens, com vistas à ampliação, quantitativa e qualitativa, das políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente e tem como objetivos:

I. Objetivo geral:

O Projeto CIDADÃO APRENDIZ tem por OBJETIVO GERAL a contratação de adolescentes e jovens em situação descrita na cláusula primeira por parte de empresas de médio e grande porte pendentes com o cumprimento da cota de aprendizagem imposta pela Lei 10.097/2000, mediante desenvolvimento da formação teórica pelo SENAC. Esse trabalho será realizado através de ações definidas pelos acordantes.

II. Objetivos específicos:

II.1 – Estabelecer parcerias entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO – JUIZADO ESPECIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARAÇATUBA, O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE ARAÇATUBA, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ARAÇATUBA, O MINISTÉRIO DO TRABALHO – GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAÇATUBA, O MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, O SENAC – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL E A FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCATIVO AO ADOLESCENTE – FUNDAÇÃO CASA, que viabilizem a execução do Projeto CIDADÃO APRENDIZ.

II.2 – Fomentar programas de aprendizagem profissional para adolescentes com faixa etária de 14 a 18 anos em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou em situação de acolhimento institucional, bem como para adolescentes e jovens na faixa etária entre 14 e 21 anos que estejam cumprindo ou que já cumpriram medida socioeducativa;

II.3 – Identificar empresas de médio e grande porte pendentes de cumprimento da cota de aprendizagem e incentivá-las a aderirem ao projeto;

II.4 – Promover eventos e reuniões para definir estratégias de atuação conjunta dos órgãos e entidades públicas e privadas, dentro de suas respectivas atribuições, visando a oportunizar formação profissional a adolescentes e jovens em situação descrita na cláusula primeira;

II.5 – Organizar um banco de dados de adolescentes e jovens interessados e com perfil para participar deste projeto, tornando-o acessível às empresas interessadas ou pendentes de cumprimento da cota de aprendizagem;

II.6 – Atuar em bairros onde possam existir adolescentes e jovens em condições de vulnerabilidade, prestando a eles e também às respectivas famílias esclarecimentos sobre as oportunidades geradas por este projeto;

II.7 – Propor e articular junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a implementação de políticas públicas que efetivamente concorram para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

A fim de concretizar os objetivos aludidos, os partícipes comprometem-se a:

I – Compete ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO – JUIZADO ESPECIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARAÇATUBA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE ARAÇATUBA e TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ARAÇATUBA:

a) Acompanhar as ações e propor estratégias do Projeto CIDADÃO APRENDIZ;

b) Promover, isoladamente ou em conjunto com os demais parceiros deste Termo, cursos, palestras, seminários e audiências públicas, com o objetivo de sensibilizar a sociedade civil para a importância da aprendizagem enquanto política voltada para a proteção dos adolescentes e jovens;

c) Dar suporte à implementação do projeto, nos limites das atribuições de cada instituição.

Parágrafo único – Especificamente em relação ao Ministério Público do Trabalho compete identificar as empresas que estejam pendentes com a cota de aprendizagem, propor a adesão ao projeto e, em caso de não adesão voluntária, adotar as medidas jurídicas cabíveis.

II – Compete à GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM ARAÇATUBA:

a) Identificar, por meio do corpo de fiscalização e de seu banco de dados, empresas que estejam pendentes com a cota de aprendizagem, comunicando o Ministério Público do Trabalho para a adoção das medidas pertinentes;

b) Sem prejuízo das providências elencadas no item acima, divulgar o projeto junto às empresas, sugerindo-lhes a adesão;

c) Fiscalizar o cumprimento das etapas teóricas e práticas dos contratos de aprendizagem com vistas à garantia dos direitos trabalhistas dos aprendizes;

d) Facilitar a emissão das CTPS – Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos candidatos a aprendizes.

III – Compete ao SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC:

a) Ofertar cursos de aprendizagem comercial em quantidade e qualidade compatível com a demanda do projeto;

a.1) Será disponibilizada a quantidade mínima de uma vaga e máxima de cinco vagas referente aos cursos de aprendizagem voltados para a contratação de adolescentes e jovens vinculados ao Projeto CIDADÃO APRENDIZ, sem prejuízo da análise de oferta de mais vagas, quando houver demanda;

a.2) A oferta das vagas dispostas no item “a.1” ocorrerá de acordo com as turmas oferecidas pelo Senac e farão parte do Programa Senac de Gratuidade não havendo, no que tange aos cursos ofertados, qualquer ônus financeiro aos parceiros ora acordantes;

b) Acompanhar o desempenho e a frequência dos aprendizes tanto durante a teoria, quanto durante a prática profissional;

c) Envidar esforços para evitar a evasão, em vistas à manutenção do contrato de aprendizagem até seu termo final, relatando às empresas contratantes as situações de absenteísmo e de insuficiência no desempenho dos aprendizes;

d) participar aos familiares e responsáveis eventuais dificuldades constatadas no curso da aprendizagem;

e) Confeccionar atas de reunião com as partes envolvidas no desempenho dos aprendizes, quando necessário;

f) Comunicar o Ministério Público do Trabalho a respeito de eventuais problemas com os contratos de aprendizagem relacionados ao projeto, sobretudo no que pertine a dificuldades na manutenção dos contratos até o termo final;

IV – Compete à **FUNDAÇÃO CASA – UNIDADES ARAÇATUBA E ARAÇA:**

a) Indicar adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas, com faixa etária entre 14 e 21 anos, para participar do Projeto CIDADÃO APRENDIZ;

b) Promover ações internas com o propósito de divulgar a existência do projeto e as oportunidades por ele geradas;

c) Providenciar documentação (RG, CPF, CTPS) dos adolescentes e jovens em tempo hábil para a contratação dos candidatos a aprendizes;

d) Garantir o acesso, a permanência na escola e o acompanhamento do desempenho pedagógico dos adolescentes e jovens aprendizes enquanto estiverem internados;

e) Disponibilizar profissionais para apoio psicológico aos aprendizes oriundos da FUNDAÇÃO CASA, inclusive a suas famílias, com vistas à sua reintegração social e reagrupação familiar e comunitária;

f) Capacitar as equipes técnicas, monitores e educadores a respeito do Projeto CIDADÃO APRENDIZ, para a compreensão do trabalho socioeducativo;

g) Indicar servidor de referência da FUNDAÇÃO CASA, da direção e\ou encarregado Técnico, para prestar apoio direto à equipe técnica e aos educadores dos aprendizes, bem como aos demais participantes deste Projeto, sempre que acionada;

h) Disponibilizar apoio operacional, de forma a viabilizar que os adolescentes e jovens participantes do Projeto CIDADÃO APRENDIZ frequentem as etapas de formação teórica e prática do contrato de aprendizagem.

V – Compete ao MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA:

V.1. Por meio da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

a) Garantir a permanência de dois técnicos, podendo ser assistente social ou psicólogo, na composição da equipe técnica do Projeto CIDADÃO APRENDIZ e de um servidor na comissão gestora do projeto;

b) Identificar os adolescentes e jovens com perfil para participar deste projeto, formando um banco de dados com as respectivas informações, com o objetivo de subsidiar as ações do Projeto CIDADÃO APRENDIZ;

c) Viabilizar a inclusão das famílias de adolescentes e jovens aprendizes do Projeto CIDADÃO APRENDIZ em programas e serviços de transferência de renda, sem prejuízo de outros benefícios socioassistenciais cabíveis;

d) Sensibilizar a sociedade sobre os impactos nefastos do trabalho da criança e do trabalho irregular do adolescente;

e) Fortalecer conselhos, comitês, fóruns enquanto instâncias de articulação, deliberação e pactuação no enfrentamento ao trabalho infantil;

f) Conscientizar as famílias dos adolescentes e jovens do Projeto CIDADÃO APRENDIZ para possível inclusão no mundo do trabalho;

g) Efetuar medidas para a inclusão dos aprendizes certificados pelo SENAC por meio do Projeto CIDADÃO APRENDIZ nos programas e projetos de órgãos,

instituições ou empresas voltados à aprendizagem, formação profissional e geração de trabalho e renda.

h) Fornecer ao Ministério Público do Trabalho a relação dos jovens oriundos do Projeto CIDADÃO APRENDIZ que conseguirem formalizar contrato de trabalho por meio do Sistema Municipal de Intermediação de Mão-de-Obra.

V.2. Por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

a) Garantir a permanência de dois profissionais de educação na composição da equipe técnica do Projeto CIDADÃO APRENDIZ;

b) Capacitar os profissionais da área, notadamente os professores, para que exerçam vigilância e identifiquem sinais indicativos de crianças em condições de trabalho irregular ou de vulnerabilidade.

V.3. Por meio da SECRETARIA DE SAÚDE:

a) Garantir a permanência de um profissional de saúde na composição da equipe técnica do Projeto CIDADÃO APRENDIZ;

b) Disponibilizar apoio psicológico aos adolescentes e jovens do Projeto CIDADÃO APRENDIZ, inclusive às suas famílias, com vistas à inclusão social e reagrupação familiar e comunitária;

c) Realizar ações de natureza educativa para os aprendizes do Projeto CIDADÃO APRENDIZ e/ou responsáveis destes nos equipamentos comunitários e/ou de saúde, inclusive em equipamentos móveis de saúde, abordando a promoção da saúde, a prevenção e o controle de riscos e/ou agravos do trabalho infantil e do adolescente;

d) Desenvolver ações para o enfrentamento dos danos à saúde física e mental de crianças e adolescentes decorrentes da utilização de substâncias psicotrópicas, propiciando apoio médico e psicológico, preventivo e curativo, com implementação de equipamentos de saúde mental para usuários de substâncias psicoativas - Caps-AD de Araçatuba (Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas);

e) Proporcionar apoio médico e psicológico a familiares dos adolescentes e jovens, e/ou demais pessoas por eles responsáveis, participantes deste projeto, dependentes de substâncias psicotrópicas;

f) Capacitar as equipes de saúde – profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (ACS), profissionais das Unidades Básicas de Saúde e profissionais de Urgência e Emergência – para a vigilância de sinais e sintomas em crianças e adolescentes que possam ser indicativos do trabalho infantil e de agravos de

natureza ocupacional em jovens trabalhadores, além das questões relacionadas ao uso de substâncias psicotrópicas;

CLÁUSULA QUARTA – DA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

O presente Acordo não implicará transferência de recursos financeiros entre os partícipes, ficando cada instituição responsável pela destinação dos seus próprios recursos, naquilo em que for necessário para o cumprimento dos objetivos deste instrumento, conforme sua disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

Este Acordo de Cooperação Técnica Interinstitucional poderá ser modificado, no todo ou em parte, a qualquer momento, mediante acordo firmado pelas partes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Cooperação é de 60 (sessenta) meses, a partir da data de assinatura, podendo ser estendido, por meio de termo aditivo, na forma da Lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

A denúncia do presente acordo, por qualquer dos partícipes, antes do término do prazo de vigência, deverá ser precedida de comunicação escrita aos demais partícipes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados da notificação do último partícipe.

CLÁUSULA OITAVA – DA DIVULGAÇÃO E DA REPRODUÇÃO DO MATERIAL PUBLICITÁRIO DE DIVULGAÇÃO DO PROJETO CIDADÃO APRENDIZ

As partes acordantes providenciarão a divulgação do presente Acordo de Cooperação em seus respectivos âmbitos internos e externos.

Qualquer produção publicitária ou de divulgação do projeto deve citar a cooperação de todos os parceiros, que devem ter ciência prévia do seu conteúdo, observadas as restrições dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere à publicidade de imagens de adolescentes.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO DE USO DA LOGOMARCA

Os signatários deste Acordo autorizam mediante aprovação prévia do material publicitário a ser divulgado o uso das suas logomarcas para divulgação do Projeto Cidadão Aprendiz, nas ações realizadas para a execução do objeto deste.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos e não previstos neste acordo serão solucionados entre as partes, mediante acordo prévio entre os signatários ou por meio de contrato/convênio específico para determinada situação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ADESÃO POSTERIOR

Poderão aderir a este termo de cooperação, na qualidade de parceiros e/ou apoiadores, todas as instituições públicas e privadas, de âmbito municipal, estadual, federal ou internacional, que manifestem, formalmente, seu interesse.

Nesta hipótese, poderá ser firmado termo específico para definição do objeto da parceria e/ou apoio ofertado, após prévia oitiva dos partícipes e demais parceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Os partícipes, de comum acordo, elegem como único competente para dirimir dúvidas e controvérsias acerca do presente Termo de Cooperação e que não puderem ser dirimidas amigavelmente, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Campinas/SP, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal.

Por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 8 vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito, juntamente com as testemunhas abaixo subscritas, para que se produzam os necessários efeitos jurídicos e legais.

Araçatuba, 02 de Fevereiro de 2018.

MARIA STELA GUIMARÃES DE MARTIN

Procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho

FERNANDO DA SILVA BORGES

Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

GIANPAOLO POGGIO SMANIO

Procurador Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo

MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS
Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

MARCOS ANTÔNIO FIGUEIREDO
Gerente Regional do Ministério do Trabalho

MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA
Secretário de Justiça da Fundação Casa

MARLENE DOS SANTOS ZEQUIN
Gerente do Senac

DILADOR BORGES DAMASCENO
Prefeito de Araçatuba

ANEXO G- Mensagem do Papa Francisco ao Santuário Nacional de Aparecida

N. 10311/16/Fax

Brasília, 10 de outubro de 2016.

Na ausência do senhor Nuncio Apostólico, cumpro o dever de transmitir a Vossa Eminência o seguinte telegrama:

«Queridos amigos,

Guardando viva no coração a grata lembrança da inauguração do monumento dedicado à Nossa Senhora Aparecida nos Jardins Vaticanos, é com muita alegria que dirijo uma saudação por ocasião da Semana da Criança, organizada pelo Santuário Nacional da Padroeira do Brasil que, em parceria com os Tribunais Regionais do Trabalho e Procuradorias Regionais do Trabalho do Estado de São Paulo, tem por finalidade promover a luta pela erradicação do trabalho infantil e proporcionar às crianças uma educação de qualidade que lhes garanta um futuro melhor. Neste sentido, é preciso lembrar que «as crianças são um sinal. Sinal de esperança, sinal de vida, mas também sinal de “diagnóstico” para compreender o estado de saúde duma família, duma sociedade, do mundo inteiro. Quando as crianças são acolhidas, amadas, protegidas, tuteladas, a família é sadia, a sociedade melhora, o mundo é mais humano». Por isso, devemos estar sempre renovando a nossa disposição em acolher mais e melhor as crianças, perguntando-nos: «Somos capazes de permanecer junto delas, de “perder tempo” com elas? Sabemos ouvi-las, defendê-las, rezar por elas e com elas? Ou negligenciamos-las, preferindo ocupar-nos dos nossos interesses?» (Santa Missa na Praça da Marjedoura em Belém, 25 de Maio de 2014). Assim, faço votos de que o Fórum para a Erradicação do Trabalho Infantil possa ser frutuoso nos seus propósitos e, para tal, peço que as luzes do Espírito Santo iluminem a todos os participantes, ao mesmo tempo em que, pela intercessão de Nossa Senhora Aparecida, lhes concedo a Bênção Apostólica, pedindo que não deixem de rezar por mim.

Papa Francisco».

Unindo-me aos votos, asseguro-lhe minhas orações.

Mons. Mark Kadima

Conselheiro da Nunciatura

Sua Excelência Reverendíssima
Dom Raymundo Damasceno
Cardeal Arcebispo de Aparecida
Aparecida-SP